

Esquerda Socialista

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

OS CAMINHOS DA UNIDADE SINDICAL



Cerca de 8000 trabalhadores estiveram presentes no Campo Pequeno, num comício comemorativo de mais um aniversário da Intersindical. Antes de usarem da palavra os representantes sindicais, foi lida uma mensagem do Primeiro-Ministro na qual se exortava os trabalhadores portugueses a que, pela sua vez e dentro da ordem democrática estabelecida, contribuíssem decisivamente para a reconstrução da nova Pátria. Estiveram presentes o ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, e o secretário de Estado do Trabalho, que corresponderam várias vezes, ao longo do Comício à palavra de ordem mais insistentemente entoada pelos milhares de trabalhadores presentes: MFA, MFA...

Comçou por usar da palavra o representante do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Lisboa que depois de se referir particularmente à questão da unidade, palavra de ordem, que, depois do 25 de Abril, passou a ser o instrumento de acção das massas trabalhadoras, denunciou os ataques da reacção que procura através dos despedimentos criar uma situação de descontentamento, para lançar os trabalhadores contra os seus sindicatos e contra o próprio Governo provisório.

O orador seguinte foi o representante do Sindicato dos Electricistas do Sul que referiu o esforço que há que realizar para fazer «dependar cada vez menos Portugal da influência económica dos monopólios internacionais e estabelecer relações económicas, técnico-científicas, etc, com os países que estejam verdadeiramente interessados na ajuda ao nosso povo».

Depois de ter falado o representante dos bancários de Lisboa, tomou a palavra a representante do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuários do Sul, que começou por afirmar: «Estamos aqui para celebrar o IV aniversário da Intersindical, mas é necessário que todos tenhamos consciência de que a organização sindical dos trabalhadores por-

tugueses está ainda longe de estar construída; com efeito a nossa organização sindical é ainda em muitos aspectos a herança do fascismo. Ainda temos quatrocentos sindicatos por profissão!

Esta organização sindical tem de ser construída a partir da base, a partir dos locais de trabalho, a partir das assembleias e dos delegados sindicais de empresa.

Os Sindicatos têm de ser efectivamente controlados, em todos os aspectos, por todos nós trabalhadores. Os sindicatos têm de ser combativos e de defender intransigentemente os nossos interesses de classe — não podem ser burocráticos, nem colaboracionistas.

Portanto, camaradas, é indispensável o conhecimento profundo e permanente de todos os problemas (grandes e pequenos) que afectam os trabalhadores.

Assim o sindicato deve auscultar a lutar pelas aspirações do conjunto dos trabalhadores. Um sindicato tem de ter uma perspectiva revolucionária e por isso nas suas lutas concretas deve propôr-se, não só a conquistar algumas reivindicações, mas também deve utilizar os meios e as formas de luta mais adequadas, para conseguir:

— Aumentar a unidade

de todos nós trabalhadores;

— Elevar o nível de consciência de classe (que leve à compreensão de que a luta não é de uma fábrica ou sector, mas sim de toda a classe operária contra a classe capitalista exploradora);

— Elevar o nível de organização de todos os trabalhadores e de compreensão da sociedade sem classes, como único meio de resolver efectivamente os nossos problemas e acabar com a exploração e opressão.

Um Sindicato tem de ser não só instrumento de luta, mas também uma escola de organização e de elevação do nível de consciência política dos trabalhadores.

A intersindical, as uniões e as federações de sindicatos não podem ser organismos de cúpula, afastados dos trabalhadores e têm de ser executores das decisões alargadas dos trabalhadores nas bases e não deve aceitar leis que não tenham sido discutidas e aceites pelos trabalhadores.

Por exemplo, face à Lei da Greve que foi feita nas costas dos trabalhadores e é contrária aos nossos interesses, a Intersindical tem de tomar duas posições:

1.ª — Exigir a revogação da lei da greve;

2.ª — Exigir que as leis, que, como esta, interessam aos trabalhadores, sejam discutidas e decididas por todos nós trabalhadores em reuniões de fábrica e assembleias sindicais.

É incentivando a discussão nas bases sindicais, é incentivando a participação real dos trabalhadores em todas as decisões, que a Intersindical criará as condições para ser efectivamente representativa de to-

dos nós trabalhadores.

É a partir da organização na base, com participação efectiva de todos os trabalhadores que se constrói a organização sindical unitária que sirva os nossos interesses.

Nas nossas mãos está a possibilidade de construir uma organização sindical forte, combativa e controlada por todos os trabalhadores!

Muitos de nós pensamos que após o 25 de Abril todos os nossos problemas estavam resolvidos, mas a pouco e pouco os acontecimentos se foram encarregando de nos mostrar, que ou nos organizamos nas fábricas, nos locais de trabalho e nos campos e nos dotamos de sindicatos autênticos, ou continuaremos a ser vítimas da mais desenfreada exploração da mais cruel opressão.

Mais adiante a representante do Sindicato dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuários do Sul, afirmou: «Depois do 25 de Abril dezenas de milhares de trabalhadores foram despedidos e lançados no desemprego e na miséria:

— Quem ganha com esses despedimentos?

— Quem ganha são os patrões que com menos trabalhadores vão conseguir a mesma produção e recuperar assim os aumentos salariais que conseguimos na luta!

— Quem ganha são os patrões que assim tentam amedrontar-nos e dividir-nos e conseguem obrigar os trabalhadores despedidos a aceitar salários miseráveis!

— Quem ganham são os patrões que não hesitam em despedir dezenas ou centenas de trabalhadores só para eliminar os mais activos e pelo terror nos

Continua na pág. 3

M. F. A. O PODER DE FACTO

Mais do que enunciar cronologicamente os pontos que permitem referenciar o nascimento e crescimento do M. F. A., importa avaliar das razões profundas que lhe deram origem e dos motivos que o conduziram ao 25 de Abril.

Uma análise destes elementos é condição indispensável para a compreensão do processo político em curso, do papel do M. F. A. e das contradições de que está possuído e, finalmente, da sua posição como potencial factor de avanço da luta de classes.



A burguesia portuguesa, fortemente empenhada na exploração desenfreada dos povos de Portugal e das colónias, perante o início da resistência armada destes últimos, viu-se obrigada a desenvolver um grande esforço militar. Este esforço militar se, por um lado, era garantia da sua sobrevivência como classe exploradora, por outro lado, veio criar condições para o agravamento das contradições internas.

A guerra colonial levou, pois, à abertura de brechas na hegemonia da classe dirigente, fundamentalmente em torno de dois grandes problemas:

— as crescentes vitórias dos Movimentos de Libertação obrigando a encarar a possibilidade de formas neo-coloniais de exploração.

Continua na pág. 11

Esquerda Socialista

A quem servem as colónias?	2
Declaração da Comissão Política Nacional	4
Angola: Ainda o neocolonialismo	4
Do capitalismo que temos ao socialismo que queremos (Mesa-Redonda)	5
Chile: O golpe	9
S. João da Madeira: Solas novas em sapatos velhos	9
Miguel Henriquez não se rendeu	10
Comunicado dos trabalhadores da Lisnave	10
«Vamos falar claro»	11
O MES na Guiné	12
Noticiário	12



Continua na pág. 3

No «Notícias da Amadora», de há uns dias, o conhecido publicista sr. dr. Sérgio Ferreira Ribeiro, escreveu mais um comentário, este, com várias pontes.

Esquerda Socialista reuniu as primeiras peças deste caso criado pelo referido publicista, político e economista versátil. Aqui ficam. No campo das calúnias parce-nos, como diz o povo trabalhador, ainda a procissão vai no adro.

a quem servem as calúnias?

1. Tem o MES estado silencioso perante a vaga de difamações e insinuações que têm vindo a ser lançadas sobre a sua intervenção política e organização. Este processo tem vindo a sofrer uma escalada na qual se destacam as insinuações difamatórias e provocatórias que se têm abatido sobre António dos Santos Júnior, trabalhador da TAP e membro da Comissão Política Nacional do MES, campanha lançada numa altura em que António dos Santos Júnior foi alvo, como tantos outros trabalhadores da TAP, de uma ordem militar de despedimento por ter participado, ao lado dos seus colegas de trabalho, na recente luta da TAP.

Sabe-se que aquele trabalhador já solicitou do «Notícias da Amadora» a publicação de uma primeira resposta a uma grave e policíesca difamação, que, pela pena do conhecido editor generalista das questões económicas consultor do mercado farmacêutico, Sérgio Ribeiro, surgiu nas colunas daquele semanário. A questão pessoal entre ambos seguirá certamente as vias usuais e próprias entre difamado e difamador. No entanto é dado que Sérgio Ribeiro se refere à intervenção de António dos Santos Júnior no comício do 1.º de Maio, o MES esclarece o referido senhor de que a intervenção de Santos Júnior era em nome do MES e tinha sido acordada entre este Movimento e os organizadores do comício. Este esclarecimento é devido porque tendo sido boicotada a intervenção de Santos Júnior, por aqueles que não admitem que alguém pense ou actue fora do seu controle, Sérgio Ribeiro talvez não estivesse informado... Aguarda o MES, como espectador interessado nessa pugna que só aparentemente (para os incautos) não é política, que Sérgio Ribeiro prove os «factos que insinua e que os coloque, portanto, à apreciação pública.

Mas a questão nunca foi pessoal e coloca-se em termos de confronto entre as várias linhas políticas que se defrontam no seio das lutas operárias e sindicais. Embora ninguém apresente provas contra aquele militante do MES relativas às suas hipotéticas e supostas «ligações» — e o MES exige que o façam no mais curto prazo — sente-se que é chegado o momento para uma intervenção pública no tenebroso processo caluniador em marcha.

2. Os militantes operários e sindicais, que com outros, vieram a constituir publicamente o MES após o 25 de Abril, sempre se bateram por uma linha de intervenção autónoma da classe trabalhadora (que não é incompatível com organização) e por um amplo debate sobre as vias de actuação dos explorados no contexto sócio-económico português, ensaiando e efectuando as lutas que, de acordo com a análise das situações concretas, pudessem contribuir para o aniquilamento do capitalismo e a caminhada para o socialismo. Fizeram-no em condições de rigorosa clandestinidade e continuaram a fazê-lo a partir da constituição pública do Movimento. Têm por isso a profunda convicção de que é na luta das classes trabalhadoras e de todos os exploradores contra os seus opressores, que é pelas vitórias alcançadas ou pelas contradições desmaecaradas que as linhas ou orientações se podem avaliar ou confrontar quanto ao seu êxito ou inêxito, quanto à sua correcção ou incorrecção. Nunca através da difamação e da calúnia.

Não há monopólios da verdade, não há detentores dos modelos das lutas justas. Condenamos aqueles que, invocando interesses estratégicos, boicotam, difamam e tentam isolar as justas lutas dos trabalhadores, desencadeadas e prosseguidas, tantas vezes, e muito saudavelmente, à revelia das burocracias monolíticas sindicais.

E uma luta será ou não justa, sem prejuízo da análise constante dos seus possíveis erros de partida e de percurso, se contribuir, pouco ou muito não importa, para a consolidação da consciência de classe dos trabalhadores, para o recuados capitalistas e do seu sistema de exploração

Comentário com várias pontes

Ouvimos, na televisão, entrevistado por Carlos Cruz, o dr. Mário Soares. Foi ontem — e datámos o que escrevemos: 25 de Setembro. Antes de passar a reportagem da que diríamos emocionante sessão da ONU, com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, apresentando o país aos vós, o dr. Mário Soares deu-nos conta da sua fadiga e inestimável actividade nos Estados Unidos.

nua e sequente que impede que toda se possa conhecer e ponderar, apesar disso... uma informação entendemos de não deixar escapar, até por nos parecer algumas reservas. E mais nos parece não deixar escapar por termos gerado a mesma informação em forma de forma na imprensa desta manhã e nada sermos encontrados.

cer — decerto o dr. Mário Soares não o teria esquecido — a imagem que a actividade desses sindicatos têm motivado essa acção política. Lembrem logo coisas como aquelas «OLÁ» a nível monástico, com a presença dos trabalhadores à campanha de Maio. Mais lembramos, a seu plano mesmo público mas talvez mais directo, a C.I.S.L., onde essas centrais sindicais procuram aparentemente, particularmente através de federações de sectores produtivos. E lembramo-nos — esta malhada memória... — da FIOM (do sector metalúrgico), de um se-

nhor que viaja entre Canadá e Ginebra e que, em Bruxelas confessou a missão (ou oração) de eliminar os comunistas da influência sindical (isto fins de Abril/princípio de Maio). E — outra vez a memória... — também lembramos um excitado político que esteve no Canadá e que voltou para trabalhar na TAP, que procurou falar no comício do 1.º de Maio sem qualquer vínculo mas com insinceria desproporcionada e que aparece com alguma evidência na sessão TAP levada até ao confronto com o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas.

Para dar nome às pessoas, falo de um sr. Benedito e do sr. Santos Júnior.

E assim

SERGIO RIBEIRO

Lisboa, 3 de Outubro de 1974

ERMO SR.
DIRECTOR DO
NOTÍCIAS DA AMADORA
Rua Elias Garcia, 245-2º Esqº
AMADORA

Exoº Senhor Director

Face à nota subscrita pelo vossso colaborador Dr. Sérgio Ribeiro, e publicada na vossa edição de 28 de Setembro p.p. venho solicitar-lhe (uma vez que parece não ser ainda necessário exigir-lhe, nos termos das disposições legais aplicáveis) a publicação desta carta, sem prejuízo do subsequente procedimento judicial.

1. A nota do Dr. Sérgio Ribeiro reveste-se de nítido conteúdo difamatório, escrita que é no melhor estilo de insinuação «prevista», disfarçada (ou aborçada, como se quera) pela utilização dos instrumentos habituais em peças de estilo — as aspás, as reticências, as meias-frases, o «facto» semi-afirmado e insinuado, que permite a defesa ao difamador mas que, por isso mesmo, não agrava perante a opinião pública a posição do atingido.

2. É por isso indispensável relembrar que não há legitimidade para qualquer acusação sem que a mesma apareça apoiada em factos, os quais devem ser publicamente apreciados e provados, sobretudo quando o meio utilizado para a difamação se destina a levá-la ao conhecimento de uma generalidade de pessoas e quando a matéria reveste nítido conteúdo político.

3. O Dr. Sérgio Ribeiro pertence a uma determinada corrente política. Não é a minha. Mas seja qual for o entendimento do Dr. Sérgio Ribeiro sobre a luta dos trabalhadores, uma coisa é...

certa — em defesa dos seus pontos de vista não tem o direito de proceder a uma difamação pública do seu opositor, sobretudo quando (sem discutir o fundo as questões políticas) usa de processos bem conhecidos que a história tem condenado (como sinistras formas de eliminação) e que deram lugar a tantas e pungentes auto-críticas que só pecaram por tardias. É bem relevar ao Dr. Sérgio Ribeiro que nunca qualquer linha política triunfou a consciência dos trabalhadores quando passa pelo aniquilamento de outros trabalhadores, tão ou mais de esquerda que os defensores daquela posição.

4. Pela minha vida profissional e política terei de responder, primeiro que tudo, perante os meus colegas de trabalho e de militância política.

Nas face à difamação recebida, só há uma coisa a fazer, que tenho o direito de reclamar de imediato, repudiando vivamente o que me é imputado, de resto, com tanta falta de coragem.

É essa a de que o Dr. Sérgio Ribeiro deve, no mais curto prazo — no máximo de oito dias — provar os «factos» em que «baseia» a sua difamação, e fazê-lo através do meio usado para esta, de modo a que eu possa então tomar as medidas que se me afigurarem necessárias.

É que não costumo lutar contra a insinuação difamatória e fantasmagórica, sem qualquer base, tantas vezes — como é o caso — apenas protendo disfarçar insuficiências de discussão política aliadas ao desejo de um monolitismo político e sindical de cujas nefastas consequências felizmente, tantos trabalhadores se vão apercebendo. Agora e, sobretudo, com vista ao futuro.

Renovando o pedido de publicação, sou

De V. Exa.
Atentamente

[Assinatura]
SERGIO RIBEIRO

e para o avanço de posições que se batam pela construção do socialismo.

3. É por isso e por muito mais, que muitos militantes de esquerda (e falamos agora dos que se não acham integrados no Partido Comunista Português) se têm batido por uma aplicação progressista do programa do M. F. A., por uma aliança dinâmica entre as classes trabalhadoras e os soldados, marinheiros e oficiais do M. F. A., de modo a que se atinja a base social do poder da burguesia, de modo a que o confronto entre as classes sociais possa pender, e quanto antes, a favor dos explorados — afinal daqueles que sofrem no quotidiano a exploração e a opressão capitalistas.

O MES, como sempre entendeu, e agora se julga no direito de repetir, com muito mais força, após a recente ofensiva reaccionária, pensa que não vale a pena iludir a verdadeira questão, e que consiste no problema básico da continuidade da exploração e opressão capitalistas.

Todas as táticas de luta, todas as alianças inequivocamente de esquerda serão possíveis, desde que se destinem a combater (e não a ladear) a questão estratégica essencial que é a da tomada do poder pelos trabalhadores, da denúncia do capitalismo e da construção do socialismo.

4. O MES não foi nem é contra o M. F. A. e tem declarado inequivocamente o sentido e os objectivos da sua colaboração com o M. F. A., e a perspectiva progressista, a favor das classes trabalhadoras, que é preciso imprimir ao processo político em curso.

Os seus militantes operários estiveram nas barricadas populares, também marcharam para S. Bento e Belém em apoio ao M. F. A. Mas também já eram antifascistas e sobretudo anticapitalistas antes do 25 de Abril, sempre pensaram e pensam, sem prejuízo das formas organizativas a constituir ou a solidificar, que será nas fábricas, nos campos e em todos os locais de trabalho, que os trabalhadores poderão e deverão encontrar as formas de luta adequa-

das à resolução dos seus problemas, à liquidação da opressão de que são vítimas. Mesmo que isso possa não ser o parecer das distantes burocracias sindicais, tantas vezes afastadas das lutas concretas. Mesmo que isso possa representar uma linha não concordante com o monolitismo sindical, de sentido único, que começa a imperar no sindicalismo português, servindo-se para o efeito de meios que são estranhos às próprias lutas dos trabalhadores.

Caluniando-se ou difamando-se Santos Júnior não se visa um militante. Ataca-se uma linha política com meios que julgávamos banidos da esquerda portuguesa; foga-se ao confronto real e político das diversas posições, subordina-se tudo às frases feitas e impostas, a uma tática seguidista a qual, tendo como princípios o «crê ou morres» e a «unidade» mitologicamente considerada, tudo pretende arrasar no seu caminho.

Na esquerda portuguesa, amplamente considerada, há diversidade, e a prática aí está para o demonstrar.

A unidade constrói-se na prática concreta da luta e tendo em conta as divergências de linha política. Não é silenciando as vozes discordantes, não é com calúnias ou insidias que se contribui para o emergir de uma linha política revolucionária em torno da qual as massas trabalhadoras e todos os que se colocam ao seu lado, unifiquem os seus esforços no combate ao capitalismo, criando assim uma das condições para a efectiva tomada do poder pelos trabalhadores.

A este tipo de actuação o MES responderá sempre com o seu total repúdio e uma estratégia e uma tática que, sempre na praça da discussão e do confronto políticos, se quer anticapitalista, sincera e radicada na verdade das lutas e não na escuridão dos «complots» ou nos bastidores da calúnia.

A Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista



tar os seus lucros.

As ameaças de despedimentos temos de responder com a força imensa da nossa unidade activa, organizada e consciente.

Nós trabalhadores, que financiámos a guerra colonial com os milhões de contos que com o nosso trabalho metemos na Previdência, não podemos permitir que os patrões financiem agora à custa do nosso maior esforço e da nossa miséria a reconversão da indústria que lhes permitirá explorar-nos mais intensamente e mais facilmente.

É chegada a altura de dizermos não aos despedimentos!

É chegada a altura de obrigarmos os patrões a pagar a crise por eles desencadeada!

É chegada a altura do Governo Provisório e do M.F.A. cumprirem aquilo a que se obrigaram perante os trabalhadores!

Mas é sobretudo chegada a altura de todos nós trabalhadores nos unirmos contra a exploração capitalista, na luta contra os despedimentos pela garantia do salário e do trabalho.

E, camaradas, uma certeza temos nós, a qual ficou demonstrada no último fim-de-semana, a certeza de que **nas nossas mãos está a maior força desta sociedade!**

Efectivamente, quando nos organizamos e fomos para a rua lutar, a vitória não nos podia fugir e não nos fugiu — por isso a **reacção não passou e não passará!**

Os trabalhadores apoiam o M.F.A. e sem a nossa actuação o M.F.A. não teria saído vitorioso. O M.F.A. tem de apolar os trabalhadores!

E terminou, proclamando:

A nossa luta vai continuar e unidos e organizados venceremos!

Contra os despedimentos e encerramentos!

Pela proibição de despedimentos sem justa causa!

Pela garantia de salário e emprego!

Pela unidade sindical! Abaixo a reacção!

Abaixo a exploração capitalista!

Viva o Movimento das Forças Armadas!

Viva a classe operária!

Por último falou o representante do Sindicato Nacional dos Profissionais das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, que começou por afirmar:

«A reacção está de pé. Se nos pareceu que com o 25 de Abril ela ficou um tanto desorganizada, isso só foi possível porque informações erradamente optimistas nos conduziram a tal opinião. É este falso optimismo, emitido pela classe dominante através da formação escrita e falada, que detém e nos engana, a nós, operários e camponeses, e nos leva a credi-

tar na existência de uma situação seja ela económica, política ou social, que pelo tempo adiante verificamos ser falsa».

E referindo-se à necessidade da informação estar ao serviço dos trabalhadores: **Esta, «a informação», é um dos sustentáculos da reacção que é preciso, que é forçoso dismantelar.** É, pois, nos locais de trabalho que os operários, directamente ligados aos meios de informação — e não só —, têm de exigir que sejam dadas a todo o Povo Português, as informações que nos formam e informam para podermos estar no conhecimento real das situações tanto políticas, tanto económicas, como a nível social.

Por isso, para uma sociedade que todos pretendemos democrática, não podemos permitir que a informação — a imprensa, a rádio, a televisão e todas as outras formas — sejam pertença ou estejam dependentes de grupos económicos, que outra coisa não pretendem que não seja a manutenção do domínio que sempre têm imposto a todos nós.

A informação, que é das armas mais importantes de que os capitalistas se têm servido para nos manter na ignorância e levar-nos ao extremo da estupidez é, ao mesmo tempo, um sector vital para a nossa libertação.

Queremos avançar na via de uma rápida democratização de todas as estruturas do nosso País.

Para o conseguirmos temos de exigir uma informação que personifique a vontade de um povo e não seja como até agora, o ninho de diletantes e oportunistas.

Estejamos atentos!

Não admitimos como elementos essenciais que somos no processo de desenvolvimento económico-político-social do nosso País que queiram fazer de nós simples autómatos no desenrolar de acções de cujos resultados negativos normalmente sofremos os seus efeitos.»

E, referindo-se à base económica em que assenta a força da reacção:

«No campo económico encontramos cada vez mais perante grupos monopolistas cuja acção de controlo do aparelho de Estado (que é o poder político) se exerce de modo a cometer todas as vilanias para condicionar as populações trabalhadoras.

É através do poder económico que os grandes grupos capitalistas (dirigentes da reacção em todo o mundo) esmagam e controlam totalmente a vida da massa trabalhadora.

É através do poder económico que a reacção se consegue unir para depôr os Governos progressistas escolhidos livremente pelo povo.

É através do poder económico que a reacção controla toda a estrutura da educação, para embrutecer a massa trabalhadora, e assim, evitar que ela se desenvolva, mantendo o imobilismo criado pela sua política.

É através do poder económico que a reacção agrega e dirige as religiões no sentido de através da pouca cultura dos operários e camponeses, os manter submissos à vontade dos grandes detentores do capital.

É através do poder económico que a reacção, controlando o aparelho de Estado, dita as leis que determina o poder político.

Passando a analisar a base política em que assenta a força da reacção, disse o representante do Sindicato das Artes Gráficas:

«É através do poder político que a reacção (o grande capital determina, as linhas mestras da sociedade que mais lhe convém, para poder dispor das massas populares. (...)

Com a imposição deste tipo de sociedade as massas trabalhadoras deixam de ser tratadas como humanas para serem tratadas como coisas, ficando à disposição do querer duma minoria que organizando-se apenas no seu próprio interesse, que é o abuso do lucro e sabendo que à massa trabalhadora para a sua sobrevivência, resta apenas o produto da venda da sua mão-de-obra, criam o mercado e trabalho, que utiliza como forma de repressão.

Em vez de aproveitar a evolução técnica dos meios de produção para reduzir o tempo efectivo de trabalho, criando assim tempos livres para que a massa trabalhadora possa desenvolver-se tanto física como culturalmente, e também na frequência de cursos técnicos constantes que levariam a uma maior qualificação contribuindo assim para o maior desenvolvimento do País.

Ao contrário, porém esse avanço técnico serve apenas para criar excedentes de mão-de-obra, provocando assim que grandes massas trabalhadoras fiquem sem aplicação no processo produtivo.

Esse excedente é assim aproveitado para:

— aumentar cada vez mais o lucro dos grandes capitais monopolistas.1
— reduzir cada vez mais à miséria a massa trabalhadora.

É com a criação deste desemprego endémico que o grande capital condiciona o caminho da massa trabalhadora para o alcançar de melhores condições de vida.

Com este desemprego endémico, que a reacção utiliza na repressão de todos os povos do mundo, atingem-se estados económicos e políticos de dita-

duras como aquela que tanto nos torturou.

É com este mercado de trabalho que a reacção joga para fazer despedimentos políticos e o utiliza para entrar a democratização das sociedades.

É bem o caso do nosso País, após o 25 de Abril, onde a reacção através do despedimento político e ameaça do fecho de fábricas tenta impedir a democratização do poder político e provocar o caos económico.

Esta é a sociedade que vivemos. Esta é a sociedade que nos explora. É contra ela que unidos teremos de lutar.

Que não sejam só palavras. Que não sejam só «slogans».

É preciso que nos locais de trabalho, nos sindicatos e associações recreativas e culturais e em todos os lugares onde os trabalhadores se encontrem, nos organizemos para que com a nossa força unida sejamos capazes de bater sempre as tentativas da reacção.

Cabe-nos a nós, trabalhadores, escolhermos o nosso caminho.

Não aceitamos que nos imponham falsos «leaders» que a todo o momento se arvoram em defensores da classe operária e que nos momentos difíceis abandonam.

Não aceitamos situações de dirigismo, pois que os trabalhadores portugueses são responsáveis para escolher a condição social a que sempre aspiraram e lhes foi negada pela força da repressão.»

E acabou por afirmar, na sua importante e clara intervenção:

«Que o 25 de Abril não seja um soninho.

Que o 25 de Abril seja a certeza da emancipação dos trabalhadores portugueses.

Temos que elogiar e agora ainda mais, a acção do M.F.A. Foi o M.F.A. que nos restituiu a dignidade de sermos livres.

Mas somos efectivamente livres? Estamos nós, de facto, a viver numa sociedade democrática? Temos quer dizer que não.

E não seremos livres enquanto os principais sectores da actividade económica da nossa Pátria estiver na mão do capitalismo nacional e internacional e controlada por laiaos que outra coisa não têm feito senão depôr nas mãos desses capitalistas a riqueza criada por todos nós, trabalhadores.

Temos que acabar com a reacção. Temos de uma vez para sempre, que ser intervenientes directos em todas as questões que interessem à nossa Pátria.

Queremos como produtores de toda a riqueza, estar presentes em todas as decisões. Não queremos que uma classe, que nos momentos cruciais sempre traiu a causa da Nação, continue indefinidamente a decidir.

A reacção não desarma, mas viu mais uma vez que o povo trabalhador não está com ela. A reacção, camaradas, tem muitas vestes e, ao mínimo abrandamento da vigilância que só aos trabalhadores pertencem.

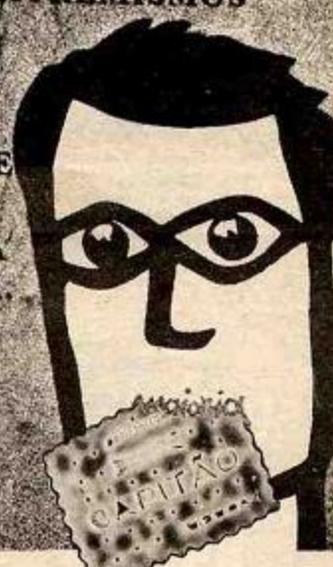
Viva a unidade da massa trabalhadora!

Viva o operariado!

Viva o campesinato!

Viva o Movimento das Forças Armadas!»

**MANIFESTAÇÃO DE APOIO
AO GENERAL SPINOLA,
NÃO AOS EXTREMISMOS
SIM
A FIRMEZA
E
FIDELIDADE
AO
PROGRAMA
DO M. F. A.**



**OS CAPITÃES
SÃO UM «OSSO DURO DE ROER»**

Esquerda Socialista

Declaração da Comissão Política Nacional de 13 de Outubro de 1974

Analisando a situação política actual a C. P. N. do MES entende importante sublinhar os seguintes aspectos que julga determinarem quer o curso da vida política, quer a própria posição do MES no actual contexto das forças políticas e das lutas da classe trabalhadora.

Uma vigilância popular activa pela 1.ª vez

1. Nos dias críticos de 27 a 30 de Setembro o MES esteve activamente presente no conjunto de acções que levaram ao desmantelamento das tentativas de carácter reaccionário que visavam abrir brechas no processo de democratização e comprometer declaradamente as conquistas populares alcançadas desde o 25 de Abril.

Analisada a actuação dos vários movimentos e partidos políticos nessa emergência o MES julga necessário salientar, sem prejuízo das divergências de fundo que possam existir, a actuação de diversas forças políticas, que, pela sua acção conjugada, determinaram a vitória contra a reacção. Assim, quer nos piquetes, que traduziram de facto e pela primeira vez uma iniciativa a nível nacional de vigilância popular activa, quer na informação à população acerca dos acontecimentos, quer na mobilização popular da massa presente na grande manifestação operária de sábado 28 em Lisboa, e noutros pontos do País, as mais variadas forças políticas de esquerda mostraram a sua determinação de barrar o caminho a todas as tentativas reaccionárias.

O M.F.A. tem de andar para a frente

2. O M. F. A. desempenhou como foi evidente, um papel determinante neste combate demonstrando, que, são, simplistas as análises que lhe atribuem na actual situação política portuguesa, uma natureza de classe e inerentes atitudes políticas pré-definidas, sejam em torno da defesa estrita de uma qualquer estratégia do capital, seja numa imutável unidade com o povo e na realização automática dos interesses da classe trabalhadora.

O. M. F. A. demonstrou poder ser um forte sustentáculo de um processo democrático que garanta a existência de formas de expressão da vontade popular e de, caso seja levada até às lógicas consequências finais a recusa da sua instrumentalização pela burguesia internacional e nacional, poder contribuir para a criação de condições propícias à construção de um projecto verdadeiramente socialista adequado à realidade portuguesa.

Para combater a reacção é preciso abrir o caminho à classe trabalhadora

3. O M. E. S. encontra-se disposto a prosseguir com todas as forças políticas o debate acerca da estratégia e das formas adequadas para combater a reacção, o imperialismo e o capitalismo, que de certeza tentará sob novas capas recuperar o terreno agora em parte perdido.

4. Mas, sem prejuízo de tudo o que fica dito, o MES julga que, para ser consequente com estes objectivos é necessário garantir:

—que exista plena liberdade de reivindicação política para a classe trabalhadora e para todas as camadas sociais mais exploradas e oprimidas;

—que, no quadro de uma organização sindical unitária, que o MES entende ser actualmente de manter para melhor defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora se caminha para um controlo cada vez mais efectivo dos respectivos sindicatos, a todos os níveis, pelos trabalhadores, o que exige ampla informação, debate sério e permanente entre todos os trabalhadores e não apenas nos órgãos directivos, procurando assim uma unidade que só se alcança pela luta e por um debate comuns e nunca pela imposição e pela calúnia;

—que se encontrem formas corretas de permitir o avanço das lutas dos trabalhadores simultaneamente nos locais de trabalho e nos seus sindicatos evitando-se que estes desempenhem um simples papel de travagem sob qualquer pretexto, e sem suficiente debate político alargado das lutas que surjam pela iniciativa autónoma de qualquer sector da classe trabalhadora;

—que o M. F. A., como centro decisivo de poder que é, actue para que sejam deliberadamente postas em marcha medidas que, atacando pontos nevrálgicos da dominação capitalista, permitam objectivamente uma melhor defesa contra as permanentes tentativas de ingerência do imperialismo e dos capitalistas seus aliados em Portugal.

Luta democrática consequente é anticapitalista

5. O MES considera ainda que a luta democrática é uma componente indissociável da luta anticapitalista na actual fase da vida política portuguesa.

A luta democrática passa sem dúvida por todas as formas de vigilância e combate contra a reacção, de que, de resto, como se demonstrou na crise dos fins de Setembro, nenhum movimento ou partido se pode arrojar o monopólio. Todavia, para além disso, exige uma acção lúcida e persistente para revelar e combater as causas da reacção e não apenas os seus efeitos. Por isso a luta democrática tal como sempre a entendemos, não pode também prescindir de clarificar e combater as bases fundamentais em que assenta a exploração e opressão de largas camadas do povo português.

A unidade forja-se na luta

6. O MES não considera que estejam ultrapassadas as condições objectivas que têm originado a instabilidade política e permitido à reacção retomar a iniciativa.

Por isso, para além de formas mais amplas de debate e eventual cooperação com as forças que lutam pela efectiva libertação da classe trabalhadora do jugo do capital, o MES prosseguirá com o Movimento Socialista Popular (MSP) e a Liga de União e de Acção Revolucionária (LUAR) os contactos e as iniciativas concretas que a própria prática de luta, sobretudo a partir da crise dos fins de Setembro, veio a propiciar.

Debater, organizar, lutar

7. Por último, ciente da necessidade de desenvolver simultaneamente as estruturas de base e o debate político e de articular correctamente a prática anticapitalista quotidiana com o projecto socialista, em que a direcção política não seja instrumento de dominação sobre os trabalhadores, o MES desenvolverá um processo de organização e de debate político, envolvendo todos os sectores de intervenção de base, organizações regionais e núcleos do movimento.

I Congresso do M. E. S.

Este debate culminará, segundo ficou decidido no 1.º Congresso Nacional do MES, a realizar em meados de Dezembro, cujas linhas fundamentais serão definidas numa Assembleia de Militantes a realizar em Novembro na sequência do referido debate.

Angola: sempre o neo-colonialismo

O processo de descolonização de Angola vinha assumindo nos últimos tempos da presidência de Spínola aspectos que mais dele faziam um processo de neo-colonização. A derrota de Spínola e das suas tentativas de reforçamento político do poder presidencial e de barrar o avanço das lutas e da organização populares, e a vitória que sobre elas obteve o MFA (cujo papel na descolonização da Guiné e de Moçambique foi, como é sabido, de decisiva importância) vêm por certo abrir novas possibilidades para uma efectiva descolonização. Disso mesmo, é eco a decisão do MPLA de suspender o reinício da guerrilha que se preparava.

Ora o colonialismo, vencido na Guiné e em Moçambique, tenta por tudo sobreviver, preparando-se para preservar o controlo imperialista do Atlântico-Sul, e a utilização de Angola como plataforma para o assalto ao continente africano. Disso são testemunho as manobras que, desde o 25 de Abril se vêm efectuando e acumulando:

O encontro de Spínola com Senghor, e ultimamente com Mobutu (não casualmente em Cabo Verde); a vinda a Lisboa de personalidades de grupos fantoches e oportunistas, entre os quais conhecidos traidores do povo, e até reaccionários envolvidos na recente intentona, sobre os quais pesam até mandatos de captura (como é o caso do secretário-geral do PDCA,

António Ferronha, conhecido pelas suas ligações pessoais a Mobutu, de cujos filhos foi professor, e à pressa demitido pelo partido); o súbito interesse brasileiro em ajudar Portugal na sua tarefa descolonizadora e a apressada demonstração de simpatia pelos Movimentos de Libertação que os militares fascistas do Brasil nunca auxiliaram; a especulação caluniosa dos diferentes internos do MPLA, bode expiatório para o impasse da descolonização angolana, com o intuito de reforçar não só os outros movimentos sem a expressão política nem militar do MPLA, mas mesmo os grupos fantoches recém-criados, nomeadamente a dita «quarta força» do «industrial» Fernando Falcão; a distribuição impune de pan-

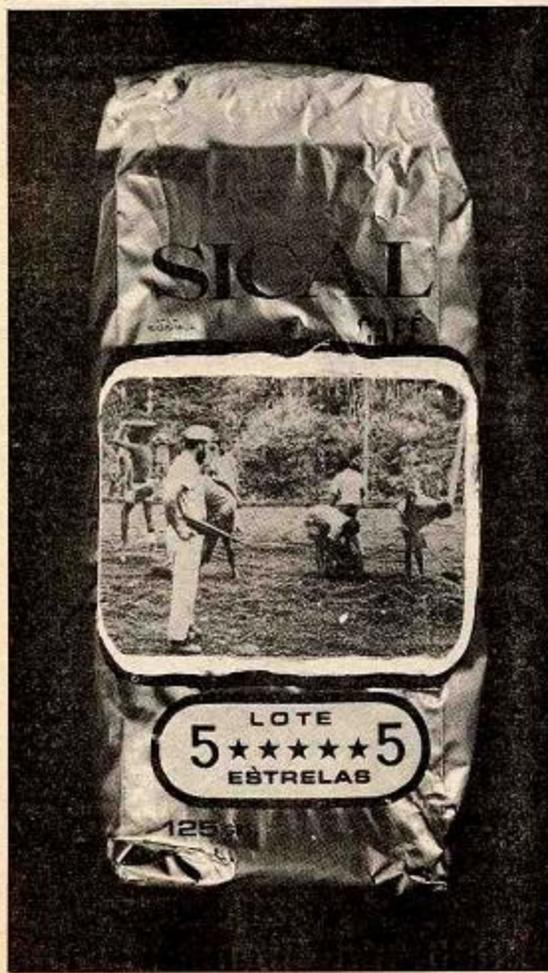
fletos caluniosos do MPLA por militantes encapotados do PDCA e da Unita; a continuação de treinos de mercenários brancos pelo exército da África do Sul, recentemente denunciada pelo presidente Neto; sem falar já da onda de provocações racistas das minorias brancas reaccionárias que se abateram sobre Luanda e outras cidades, cujas perspectivas de repetição estão longe de estar afastadas; tudo isto demonstra à evidência que o imperialismo lança mão de todas as armas, e está disposto a não abdicar da radicação neo-colonial, ou até ultra-colonial, em Angola, nem do controlo estratégico do Atlântico Sul, a que o próprio Spínola fez referência explícita no citado discurso aos oportunistas angolanos.

A par disto, a ofensiva ideológica, com cobertura «democrática» avança, tentando denunciar o que, não sendo senão imposto pela força das armas, em Moçambique e na Guiné, se pretende fazer passar como cedência e violação de um programa que era todo de Spínola e sem nada que ver com o programa do MFA. E regressa-se à impotente tentativa referendista, desta vez caouflada e robustecida com um requintado plano «constitucional», que

outra coisa não é senão o tentar dar à minoria exploradora possibilidades de sobrevivência. E isso, e não outra coisa, que o projecto que a Junta controlada por Spínola arquitectou, com as etapas sucessivas do cessar-fogo imediato, (com a desactivação óbvia dos Movimentos de Libertação), da formação de um Governo provisório com a participação à mistura dos Movimentos de Libertação e dos grupos fantoches, da realização de eleições e promulgação de uma Constituição. E tudo isto defenido e justificado, com a pretensa defesa das populações brancas (quais? os brancos do MPLA?), argumento que releva não só do mais larvante racismo (pois nunca os Movimentos de Libertação se pronunciaram racistamente contra os brancos), mas sobretudo de um fetichismo político tendente a ocultar a verdadeira face exploradora dessa minoria, que não é aliás exclusivamente branca.

A esse respeito recordou recentemente em Lusaka o presidente Neto que «os brancos devem lembrar-se que pagámos elevado preço pela liberdade que vamos alcançar. A última palavra de-

Continua na pág. 9



MESA
REDONDA

“do capitalismo que temos ao socialismo que queremos”

Tomou a redacção de «Esquerda Socialista» a iniciativa de organizar uma mesa-redonda onde se confrontassem várias perspectivas de análise de situação presente do capitalismo em Portugal. Alguns dos convidados não puderam comparecer, pelo que a redacção se solidariza com os participantes na convicção de que a mesa-redonda se apresenta de certo modo incompleta, propondo a todos os interessados (simpatizantes ou não do M.E.S.) que enviem as suas contribuições para a discussão dos temas avançados no decurso do debate que reuniu Afonso de Barros, que moderou, e Manuel Serra (sindicalista e militante político), Augusto Mateus (economista consultor sindical) e Jerónimo Franco (diferente sindical).

Afonso de Barros — Trata-se, nesta mesa-redonda, de procurar caracterizar a sociedade portuguesa no momento presente, o que forçosamente implica analisarmos os principais aspectos da transformação que conheceu Portugal nos últimos tempos. Julgo que não será necessário, para o efeito, recuar para além de 1960. Na verdade, foi no decurso da década de 60 que se registaram os acontecimentos mais importantes explicativos da situação presente: refiro-me à guerra colonial e ao desenvolvimento e consolidação das relações de produção capitalistas em Portugal.

Feita a caracterização da sociedade portuguesa actual, parece-me imprescindível passar ao debate sobre as perspectivas de evolução. Com efeito, constitui tarefa fundamental no momento presente, conhecer os projectos possíveis da burguesia, detectando os seus aspectos diferenciados, consoante as fracções a que correspondem, assim como analisar as respectivas possibilidades de serem levadas à prática.

Por outro lado, importa reflectir acerca da estratégia a adoptar pelo proletariado e pelas outras classes dominadas, com vista a contrariar eficazmente os projectos da burguesia. Por outras palavras, a questão está: até que ponto estará ao alcance da burguesia manter a dominação do capital em Portugal e até que ponto existem perspectivas de avançar decididamente para uma sociedade socialista?

Posto isto, julgo que poderíamos começar por colocar esta questão: tentar situar Portugal no sistema imperialista. Portugal não existe isoladamente, pelo contrário, está bem inserido num determinado sistema — o sistema capitalista mundial, o sistema imperialista. Penso que poderíamos ver esta questão começando por nos interrogarmos e discutirmos como um país subdesenvolvido. Gostaria que o Mateus dissesse alguma coisa sobre isso.

É PORTUGAL UM PAÍS «SUBDESENVOLVIDO»?

Augusto Mateus — Acerca da questão do papel que Portugal desempenha no sistema imperialista, parece-me bem começar por discutir se Portugal é ou não um país subdesenvolvido. Aliás, é uma questão fundamental, neste momento, até por um conjunto de perspectivas que têm sido adiantadas em ligação com o tema da «reconstrução nacional». Fala-se muito em Portugal recuperar o atraso em relação à Europa, fala-se muito em andar calmamente, atingir certos níveis, porque não se pode fazer tudo de um dia para o outro, etc.

A posição de Portugal no sistema imperialista parece-me inequivocamente uma posição ao lado das metrópoles imperialistas, ao lado dos países capitalistas dominantes, dos países capitalistas mais desenvolvidos. Simplesmente, a formação do sistema fez-se não é através do desenvolvimento industrial intenso num conjunto de metrópoles, mas também à custa do subdesenvolvimento, ou seja à custa da exploração dos trabalhadores e dos povos de grandes regiões do globo, à custa da exploração de um conjunto de riquezas minerais e agrícolas desses países. Estes dois pólos são inseparáveis: por um lado, a opulência e o desenvolvimento industrial dos países que nos são apontados como metas a atingir (os países capitalistas mais desenvolvidos) e, por outro lado, a miséria e o pouco desenvolvimento industrial dos países chamados subdesenvolvidos.

Neste contexto, e a nível histórico, parece-me que Portugal se encontra claramente ao lado das metrópoles imperialistas. Todavia o caso de Portugal apresenta certas características específicas bastante importantes.

Creio que é de pensar um pouco em todo o processo de exploração colonial levado a cabo por Portugal, nas condições concretas em que se fez a implantação do capitalismo no País, e nas relações de dependência do País em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos, nomeadamente à Inglaterra.

Efectivamente, Portugal é um país capitalista, mas a burguesia portuguesa é uma burguesia dependente, é uma burguesia com pouco força no contexto das burguesias imperialistas, quer pela massa diminuta de lucros que consegue controlar, quer pelo pequeno número de trabalhadores que explora directamente; mas não deixa de ser uma burguesia que participa activamente no processo de exploração capitalista levado a cabo a nível mundial.

As condições concretas em que se fez a passagem ao capitalismo em Portugal levaram a este processo de dependência em relação a países capitalistas mais desenvolvidos, mas essa dependência não transforma, quanto a mim, Portugal num

país subdesenvolvido, até porque os termos em que tem sido conduzida a análise do subdesenvolvimento (ligando a análise a termos quantitativos, como seja o rendimento «per capita», o número de televisões por habitante, consumo de electricidade, etc.) não nos levam à questão fundamental. O que interessa ver é que no nosso país, como a nível mundial, há uma classe bem definida, que controla todo o processo de produção, e, a nível de toda a sociedade, é, portanto uma classe dominante. Por conseguinte, no processo de exploração mundial colabora activamente um sector da burguesia portuguesa, o seu sector dominante — e neste aspecto Portugal não pode ser caracterizado como um país subdesenvolvido.

A POSIÇÃO DE PORTUGAL NO SISTEMA IMPERIALISTA

Afonso de Barros — Antes de passar a palavra ao Manuel Serra, gostaria de acrescentar alguma coisa. Parece-me incontrao que Portugal é um país onde dominam largamente as relações de produção capitalistas, ao contrário do que acontece em países onde a implantação dessas relações é relativamente fraca e que participam no sistema imperialista numa posição de total dependência. Parece-me retirar das palavras do Mateus que tal não acontece em Portugal: aqui, efectivamente, existe uma sólida implantação das relações de produção capitalistas.

Seira interessante discutir esta questão: se Portugal não pode ser qualificado como um país subdesenvolvido, juço que também não o podemos considerar como pertencendo àquilo a que se chama o centro imperialista, o conjunto dos países mais poderosos, que têm capacidade de participar na exploração de povos de outros países. Mas Portugal, sem participar nesse centro, desempenha uma função bastante curiosa, e até importante, na cadeia imperialista, tendo sobretudo em vista os territórios coloniais — refiro-me à função que desempenhou na exploração desses territórios e à função que ainda pode vir a desempenhar em relação pelo menos a Angola.

Manuel Serra — Não concordo, na totalidade, com as opiniões do Mateus, nomeadamente com a sua resposta à questão de saber se Portugal é ou não um país subdesenvolvido. E porquê? Em primeiro lugar, porque nós enquanto país capitalista somos de facto um país capitalista subalterno, tão temos poder de decisão no conjunto da planificação capitalista, da exploração. Se analisarmos o fenómeno colonial, verificamos que só a partir da década de 60 é que as potências imperialistas iniciaram de certo modo uma intensificação da exploração colonial (começando precisamente por Angola), relativamente, por exemplo às matérias-primas, criando as infra-estruturas económico-sociais dessa exploração, até aí inexistentes. E isso não foi porque os capitalistas portugueses tivessem tal visão, ou o sistema político vigente. Foi o sistema imperialista que teve a visão de que naquela zona da África se ia jogar um importante jogo político e económico. Os termos da exploração não foram decididos por nós, foram-nos impostos.

Inteiramente...

Afonso de Barros — Talvez fosse a altura de referir o papel que de qualquer modo Portugal desempenhou nesse processo.

Manuel Serra — Nós fomos (o capitalismo português foi) o instrumento dessa exploração; não fomos de facto os autores directos os planificadores dessa exploração. Há muito que era conhecida e existência de petróleo em Angola, mas é ao imperialismo americano que se deve a efectiva decisão de iniciar a sua exploração, de que nós fomos apenas o instrumento físico, subalterno.

Augusto Mateus — Em certo sentido, eu concordo com o facto de o capitalismo português ser um capitalismo subalterno, ou seja, sem grande poder de decisão, sobretudo ao nível das decisões fundamentais relativas à acumulação de capital a nível mundial, portanto sem qualquer poder efectivo de negociação. Todavia, parece-me que a questão, em relação a Angola, está a ser mal colocada. E preciso descortinar duas coisas (e então o caso de Angola é exemplar): uma é o tipo de exploração colonial que o capitalismo português era capaz de efectuar, outra é o tipo de exploração que o capitalismo imperialista era capaz de efectuar.

Durante muito tempo, o mercado de Angola funcionou como um mercado protegido para os produtos de Portugal, e como uma forma de conseguir todo um conjunto de matérias-primas baratas (aliás o processo de industrialização português assentou, em pontos fundamentais, nesse mercado protegido das colónias). Todo o processo de exploração colonial levado a cabo pelo capitalismo português se baseou muito numa exploração comercial, ou seja, em termos de comprar matérias-primas abaixo do seu valor e colocar produtos do seu valor.

A exploração imperialista é uma exploração de outro tipo: é uma exploração baseada na exploração intensiva de um conjunto de matérias-primas fundamentais a nível dos processos produtivos que vão sendo criados e na obtenção do máximo lucro, ou seja na exploração de um conjunto de sectores que em determinadas fases são efectivamente rentáveis. Isto leva...

Afonso de Barros — ... O que implica, na realidade, uma

poderosa exportação de capitais, facto que não se verificava no sistema de exploração praticado por Portugal...

Augusto Mateus — ... Queria acrescentar apenas o seguinte: a exploração imperialista é o que se pode chamar uma exploração financeira, que assenta, como dizia o Afonso, na exportação de capitais para os países explorados.

Em Angola, subsistiu sempre uma exploração colonial levada a cabo pelo capitalismo português com uma exploração colonial levada a cabo pelo imperialismo. E este processo tornou-se ainda mais claro com a guerra colonial: se as colónias portuguesas já eram abertas (dado o fraco poder da burguesia portuguesa) mais se agravou então a dependência em relação ao imperialismo — mais claramente então se viu que a própria exploração comercial praticada pela burguesia portuguesa começou a ficar completamente dependente do nível de exploração praticado pelo imperialismo, nomeadamente por países como os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, etc. (o que se reflectiu desde logo na crise da balança de pagamentos angolana).

A dimensão da exploração comercial que a burguesia portuguesa, nomeadamente a média burguesia industrial, conseguia obter era determinada pelas divisas que em Angola entravam, pela exportação de capitais das metrópoles imperialistas, pelas compras de matérias-primas que lá eram efectuadas. E foi por o desenvolvimento industrial em Portugal ultrapassar esse montante que a exploração imperialista fixava que se deu a crise dos chamados pagamentos interterritoriais.

Eu não falaria pois, apenas de uma instrumentalização da burguesia portuguesa, em termos totais, pelo imperialismo, mas de dois tipos de exploração adequados a dois níveis diferentes de desenvolvimento capitalista, sendo que a guerra colonial veio ainda tornar mais subalterna a burguesia portuguesa (pelo apoio militar e financeiro de que necessitava).

Afonso de Barros — Antes de o Manuel Serra retomar a palavra, gostaria que o Franco interessasse também sobre este ponto.

Jerónimo Franco — Eu discordo em parte das afirmações do Mateus. Nem se pre as colónias estiveram abertas. Havia outros países que forneciam matérias-primas e se o imperialismo mais cedo se não interessou pela exploração do ferro, por exemplo, em Angola, foi consequência de existirem outros mercados em melhores condições. É de referir ainda o impedimento que se verificava em as pessoas se deslocarem com facilidade de Portugal para África. Notava-se um certo retraimento no desenvolvimento, talvez por receio de que surgisse uma independência «à brasileira». O que leva a abrir o mercado das colónias é o início da guerra, dada a necessidade de capitais para o financiamento das operações militares.

Manuel Serra — Tenho a impressão que o fenómeno da guerra de Angola é um fenómeno, no seu início, mais político que económico. Tal como disse, há muito tempo que eram conhecidas as reservas minerais de Angola. Na década de 60, começaram as independências dos povos africanos e, dado que os movimentos de libertação já tinham iniciado a sua luta, era de supor que o caso de Angola se iria levantar. Os americanos, os japoneses, os alemães sabiam que as colónias portuguesas iriam constituir um centro de decisão política dos problemas africanos e procuraram «segurar» o desenvolvimento da exploração económica, criando infra-estruturas para a sua defesa.

Por exemplo, no Congo, os americanos põem à margem a Union Minière, verificando facilmente, que Angola era uma questão fundamental para a sua estratégia no continente africano. Daí o aparecimento da U.P.A. de Holden Roberto, surgindo quando já se desenvolvia a acção do M.P.L.A. aqui em Portugal e no interior da colónia. Não se tratava pois de garantir uma posição económica, que estava garantida pelas imposições ao Governo Português, mas uma posição política e militar.

O desenvolvimento que se passa a dar, a partir de 60, em Angola, de modo especial, deve-se, pois, fundamentalmente a uma razão política. Isso aliás, distingue Angola de Moçambique, que sempre beneficiou dos investimentos do capitalismo inglês associados ao da África do Sul. A partir da década de 60 há uma descida nos investimentos do capitalismo financeiro internacional em Moçambique, uma vez que eles são desviados para Angola.

Mas há outras razões para explicar a inexistência de potencialidades da nossa burguesia levar a cabo a exploração colonial. A estrutura política em que a burguesia portuguesa assentava o seu poder era arcaica (ainda hoje o capitalismo português na sua estrutura é arcaico, embora não o seja na sua exploração directamente sobre o trabalhador). Além disso, não dispunhamos de mercado. O ferro, o petróleo, etc. tinham mercados com nome feito; e não basta ter a mercadoria, é preciso colocá-la. Ora, o que acontecia é que quem dominava o mercado era o imperialismo.

GUERRA COLONIAL E DESCOLONIZAÇÃO

Afonso de Barros — O Mateus referiu que há diferentes formas de praticar a exploração colonial a apontou duas. Julgo que teria interesse relacionar essas formas com interesses divergentes da burguesia portuguesa. Todos sabemos que o comportamento dos diferentes sectores da burguesia relativa-

MESA
REUNDA

mente às colónias não coincidiu. É importante proceder a essa análise, até para podermos compreender o 25 de Abril e o processo de descolonização subsequentemente lançado. Julgo que não é por acaso que a burguesia portuguesa praticou até bastante tarde um determinado sistema de exploração (que o Mateus referiu); e também não é por acaso que a partir de determinado momento se passa a uma fase caracterizadamente imperialista. Isto tem a ver com as posições distintas das fracções da burguesia portuguesa e com o peso distinto de cada uma delas. Gostaria que nas vossas intervenções considerassem esta questão.

Augusto Mateus — Quero apenas acrescentar o seguinte: quando em 61 Salazar disse, no seu célebre discurso, «para Angola, em força», quase todos os sectores da burguesia aderiram. A palavra de ordem correspondia de facto, em termos políticos, aos seus interesses. Simplesmente, todo o processo da guerra colonial veio trazer uma clivagem ao nível da burguesia portuguesa. De um lado ficaram os médios e alguns grandes industriais que continuaram a sua exploração fundamentalmente comercial, e, do outro, ligado ao processo interno de consolidação do processo de produção capitalista, ligado ao processo de formação do capital financeiro (interpretação crescente dos bancos com a indústria) surge um sector, neste momento dominante na burguesia portuguesa, que veio progressivamente a aliar-se ao imperialismo, e a participar como parceiro subalterno no processo de exploração financeiro imperialista das colónias.

Esta clivagem é importante para se compreender o processo e descolonização em curso, o próprio 25 de Abril, questão a que o Afonso acaba de se referir.

Antes porém de analisar este ponto, queria responder à crítica que o Franco há pouco me fez. Efectivamente, as colónias só se abriram fundamentalmente a partir da guerra colonial, ou mesmo antes, quando se iniciou o processo de luta dos movimentos de libertação. Mas o que é certo é que o processo de descolonização levado a cabo nas colónias portuguesas é completamente diferente do processo de descolonização levado a cabo nas colónias controladas pela França, pela Inglaterra, pela Bélgica. Aí, a descolonização correspondia à tradução da hegemonia conquistada pelos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial. A única forma de os Estados Unidos traduzirem em termos económicos e políticos a sua hegemonia passava efectivamente pelas independências dos países coloniais (o que aconteceu no Congo, como o Manuel Serra referiu, é exemplar).

Em relação ao caso português, os Estados Unidos jogaram no seguinte: por um lado, com o controlo que podiam exercer sobre o Governo Português e, por outro, com movimentos fantoches que, numa segunda via, lhes podiam assegurar todo um processo neocolonial.

Portanto, enquanto nas colónias dominadas pela França, Bélgica, Inglaterra, para a metrópole imperialista fundamental que é os Estados Unidos, a descolonização foi necessária, foi a única forma de em termos de exploração a nível mundial esse país reforçar a sua hegemonia, nas colónias dominadas por Portugal a questão não se punha do mesmo modo. Os Estados Unidos podiam levar a cabo o seu processo de exploração económica nas colónias portuguesas, podiam utilizá-las como pontos fundamentais para a sua estratégia política (e a guerra do Médio Oriente veio colocar a questão do Sul da África como uma questão política extremamente importante). Assim, a estratégia do imperialismo podia não passar claramente pela independência, enquanto o Governo Português fosse dando mostras de ser um bom polícia dos movimentos de libertação, de conseguir garantir a ordem mínima para, por um lado, a exploração económica seguir o seu curso e, por outro, assegurar que se mantinham os tais interesses políticos estratégicos ao dispor do imperialismo.

Se isto explica que o processo de descolonização nas colónias portuguesas seja diferente do de outras colónias, explica também que os movimentos de libertação existentes nas colónias portuguesas sejam de tipo diferente.

Manuel Serra — O processo de descolonização é aqui diferente, dado o menor domínio que Portugal tinha, do ponto de vista económico, sobre as suas colónias, relativamente ao que se passava noutras colónias (a exploração exercida por uma Bélgica, uma Inglaterra, uma França, era incomparavelmente mais intensa). As colónias funcionaram durante o regime fascista como uma espécie de quinta onde era exercido um tipo de exploração arcaica, até mesmo do ponto de vista comercial. Vemos que só nos últimos dez anos os grandes grupos bancários e industriais se começaram a interessar pelas colónias. Embora a C.U.F., por exemplo, já tivesse anteriormente domínio sobre a exploração colonial, essa exploração era sobretudo comercial de entrepostos e algumas franjas de exploração agrícola. Mas a única exploração de minério que se fazia era a dos diamantes, e mesmo essa ligada aos capitais ingleses e sul-africanos.

AS DIVERSAS FRACÇÕES DA BURGUESIA PORTUGUESA

Afonso de Barros — Sugeriria que abandonássemos esta questão das posições da burguesia portuguesa face às colónias

— que julgo suficientemente debatida — e aproveitássemos as referências que foram feitas a fracções diversas da burguesia portuguesa, com interesses divergentes, paratentarmos caracterizá-los, ainda que brevemente.

Augusto Mateus — O Manuel Serra falava há pouco no capitalismo português como um capitalismo de exploração arcaica, ideia com a qual não estou de acordo.

Nós podemos partir de uma caracterização económica para chegar à caracterização das diversas camadas da burguesia com interesses diferentes. Temos fundamentalmente um sector ligado à pequena e média indústria, que funciona em termos de obter as suas taxas de lucro, não à custa de uma mecanização constante, mas sim de salários de miséria (aliás a acumulação de capital neste país processou-se sempre à custa de salários baixíssimos e não em termos de uma mecanização progressiva dos processos de fabrico). Podemos considerar outro grande sector que é o da burguesia que floresceu ligada às trocas internacionais, ligada ao que podemos chamar o sector de importação/exportação, e que em muitos casos veio a controlar processos industriais, veio a ter ligações com bancos — é no fundo um sector de rápida acumulação de capital (capital que foi sucessivamente canalizado para a indústria, para a banca e até para um conjunto de actividades improdutivas). Podemos depois distinguir um outro sector, dominante na burguesia portuguesa, ligado à grande indústria, à banca, ao capital financeiro, que funciona não em termos de exploração industrial ou comercial, mas em termos de maximização do lucro, aplicando o capital nos mais diversos sectores, maximizando o lucro não tem termos desta ou aquela empresa, mas em termos de grupo financeiro, em termos de um montante de capital investido por toda uma série de empresas. Paralelamente a estes três grandes sectores, há a considerar aquilo a que poderemos chamar o pequeno capital aplicado no pequeno comércio, na pequena indústria, que coexiste com o trabalho do próprio detentor dos meios de produção.

No campo, o problema põe-se em termos específicos — há a situação dos proprietários da terra e o dos capitalistas que exploram directamente produções agrícolas. Aqui, há que distinguir, dum lado, as posições dos grandes latifundiários, nomeadamente predominantes na zona do Alentejo, do outro, a posição dos pequenos e médios proprietários rurais — com interesses diferentes.

Parece-me claramente que o sector dominante neste momento, e que reforçou a sua posição com a guerra colonial e com a evolução sofrida pelo capitalismo português na última década é o sector do capital financeiro, ligado à grande indústria e à banca. O sector do capital industrial, dos pequenos e médios industriais, que, embora baseado toda a base da sua acumulação de capital em baixos salários, tem mostrado uma capacidade de adaptação às condições de evolução, quer internas, quer externas, não é de menosprezar. Nomeadamente, por exemplo, todo o sector têxtil que é, digamos, o sector fundamental do capitalismo português, que se formou e desenvolveu à custa das colónias, conseguiu na última década reconverter totalmente os mercados. Neste momento, o mercado colonial representa uma parcela escassíssima da exportação têxtil portuguesa. Este sector consegue, em termos de concorrência apertadíssima a nível de mercado internacional escoar praticamente toda a produção para os países capitalistas desenvolvidos.

Se bem que a exploração capitalista neste País se faça mais centrada em baixos salários do que na mecanização constante dos meios de produção, isto não quer dizer que o capitalismo português seja um capitalismo arcaico, ou seja, um capitalismo sem qualquer capacidade de resposta, sem qualquer capacidade de adaptação.

Parece-me que pelas condições concretas em que aqui o capitalismo se implantou, pela posição concreta de Portugal em relação às colónias (dum lado um país subalterno relativamente às metrópoles imperialistas, do outro um país que conseguiu efectivamente fazer a sua própria exploração colonial) Portugal é um país capitalista onde, para além das contradições fundamentais que surgem em qualquer país capitalista (a contradição entre explorados e oprimidos e exploradores e opressores) aparecem outras contradições que fazem com que neste momento seja um dos países capitalistas onde a exploração e a dominação da burguesia encontram maiores dificuldades de uma forma clara, serem levadas por diante, e onde aparecem perspectivas talvez mais ricas para a luta dos explorados e oprimidos pela sua emancipação.

ESTRATÉGIA DOS TRABALHADORES FACE À BURGUESIA

Afonso de Barros — O Mateus apontou a existência de contradições que ensombram a subsistência do capitalismo em Portugal; mas é evidente que essa subsistência só será seriamente ameaçada se o proletariado e as outras classes trabalhadoras o deffrontarem eficazmente.

Para tentarmos analisar se de facto Portugal é, neste momento, um dos «elos mais fracos da cadeia imperialista» (no sentido em que Lenine em 1917 se referia à Rússia — um dos pontos onde o poder do capital mais rapidamente poderia ser destruído) parece-me que teremos de ver até que ponto em Portugal o proletariado tem capacidade, força, para se opor efectivamente à burguesia e impedir todos os seus projectos de adaptação a uma nova situação. Sobre isto gostaria de começar por ouvir a opinião do Franco.

Jerónimo Franco — Um dos aspectos que tornava Portugal bastante apetecível ao capitalismo internacional era o das colónias. Ora, com as colónias em vias de desaparecimento (uma boa parte, pelo menos já desapareceu) torna-se duvidoso que valha a pena para o imperialismo investir em Portugal para ir buscar a África.

Por outro lado, para Portugal enfileirar ao lado das grandes potências capitalistas, embora como parceiro menor, terá de haver uma reconversão que a alguém custará — não, decerto, à burguesia. A burguesia não vai abdicar da mais-valia, da qual necessita para investir, não vai pois entregá-la aos operários. Também não vai investir em bens de consumo para a população, pois efectivamente interessa-lhe investir onde o lucro for maior.

Esta contradição ir-se-á agravando; se, por agora, esse agravamento se não nota acentuadamente, isso deve-se ao facto de algumas camadas de trabalhadores depois do 25 de Abril se terem tornado menos miseráveis. Por outro lado, o capitalismo tentará recuperar tudo aquilo que foi forçado a dar, agudizando a consciência da classe trabalhadora, a consciência da sua exploração.

Sem a submissão do operariado, eu não vejo grandes possibilidades de Portugal se tornar um parceiro dos grandes países capitalistas e por isso há que ter em conta as perspectivas que se abrem: ou a classe trabalhadora é dominada, como no Brasil, e Portugal avança no sentido do capitalismo internacional, ou a classe trabalhadora se mostra combativa e o capitalismo procura outras formas de permanência (por exemplo, em termos semelhantes ao que se passa nos países do Norte da Europa). Se, mesmo assim, a luta se agudizar e não for possível o seu controlo por parte da burguesia, pois é evidente que talvez se abram perspectivas para o socialismo.

Afonso de Barros — Penso que deverias explicar um pouco melhor como entendes a solução possível da reconversão do capitalismo tipo do Norte da Europa.

Jerónimo Franco — O que existe nos países nórdicos é um capitalismo sob formas diferentes das que reveste, por exemplo, na América. Aí a burguesia tem diferentes métodos de assegurar a exploração dos trabalhadores, havendo mais participação dos pequenos proprietários ao nível da produção associada, o que já não acontece nos países onde a regra é empresas de grande dimensão.

Em Portugal, o campo, por exemplo, tem possibilidades de se adaptar a uma solução desse tipo, dada a predominância da pequena propriedade rural.

SOCIAL-DEMOCRACIA: SAÍDA POSSÍVEL?

Afonso de Barros — O Franco colocou há pouco uma questão essencial: a reconversão da burguesia portuguesa passa pela submissão do proletariado. Se isso não for conseguido, as hipóteses de subsistência tornam-se difíceis, pois, a meu ver, a via do capitalismo tal como é praticado no Norte da Europa não me parece ao alcance da burguesia portuguesa.

A pergunta que agora faço é a seguinte: que possibilidades existem de o proletariado obstar eficazmente à dominação burguesa?

Manuel Serra — Na minha opinião, em Portugal não há condições físicas de a burguesia conseguir recuperar o tempo perdido. Uma social-democráaaaaa, por falta de condições económicas e organizacionais de todo o sistema burguês. Porquê? Continuo a afirmar que nós somos um país de capitalismo arcaico, quer dizer, há uma espécie de paralelismo com a época das descobertas — por aqui passava o ouro, mas ele ia para o norte, não conseguimos desenvolver a agricultura nem o comércio. Fizemos uma exploração colonial em termos comerciais, mas toda a acumulação de dinheiro foi malbaratada do ponto de vista capitalista, exactamente pela burguesia. Iniciou-se um processo especulativo, um processo que não foi reprodutivo do ponto de vista industrial, que não foi, por consequência, um processo moderno. Vejamos, a Bélgica, os países nórdicos, conseguiram de facto um desenvolvimento industrial, são aliás, países fortemente capitalistas, onde o poder económico se concentra em meia dúzia de grandes empresas, devido ao facto de ao longo de anos e anos de exploração colonial terem conseguido uma acumulação de riqueza que investiram internamente.

Em Portugal, porém, exportámos dois milhões de trabalhadores. A burguesia portuguesa não foi capaz de os fixar aqui através do desenvolvimento do sistema capitalista. O sistema político e económico-vigente não encontrou saída teve de os exportar. O dinheiro que, em contrapartida, entrava, era aplicado na guerra e deu origem ao grande desenvolvimento dos bancos e do capital especulativo.

Por conseguinte, eu não vejo perspectivas históricas de a burguesia vencer por si a crise em que se encontra. Ela só a poderia vencer através da reinstauração de um regime autocrático, fascista, apoiado por potências estrangeiras, incluindo aquelas onde impera a social-democracia.

E de que modo poderia ser encarado esse apoio? Na minha opinião, Portugal vai contar, e neste momento já conta, do ponto de vista político, não do ponto de vista económico. Do ponto de vista da exploração, a apetência do imperialismo por este rectângulo de 99000 km, pobre em matérias primas e pouco desenvolvido industrialmente,

não é superior à que pode manifestar por outras, mais atractivas, da África, da América Latina, até da Ásia. Onde o interesse das potências capitalistas se mobiliza é em face da perspectiva da instauração, aqui, de uma via socialista, mesmo que caracterizadamente portuguesa. Isso cria problemas, até à social-burguesia europeia, pois seríamos os catalizadores políticos de toda uma esquerda que existe por essa Europa e que ainda não encontrou meios de concretizar na prática as suas formas de luta. O imperialismo vai jogar tudo para privar a esquerda socialista europeia desse catalizador político que seria Portugal, em relação a uma Europa adormecida e aburguesada, do ponto de vista dos grandes partidos de esquerda e das grandes centrais sindicais que agrupam a classe trabalhadora progressiva.

PORTUGAL-INVESTIMENTO POLÍTICO PARA O IMPERIALISMO

Afonso de Barros — Se, como disse o Franco, Portugal se tornou desinteressante para o imperialismo, tu observas que politicamente porém é fundamental, o que o levaria a ajudar a burguesia portuguesa a vencer a crise. Parece que, neste momento, estão em curso formas de concretizar esse apoio.

Manuel Serra — Trata-se de um investimento político. Isto é, nos próximos anos, Portugal será questão política e não questão de grande exploração económica, para o imperialismo.

Para que o sistema capitalista em Portugal se pudessem modernizar, teria de ser a classe trabalhadora a pagá-lo. Tal modernização é neste caso na minha opinião uma tentação tonta: 48 anos de fascismo deram à classe trabalhadora uma consciência da situação, a qual lhe permite estar atenta a esse processo.

Quanto à pergunta — seremos o elo mais fraco do capitalismo? — responderei: politicamente sim (estamos em condições de aqui constituir politicamente um osso muito duro de roer para o capitalismo). Já o mesmo não direi, do ponto de vista económico. O investimento que o imperialismo aqui fizer vai ser muito caro, e de modo a impedir que as classes trabalhadoras tomem nas suas mãos a condução dos destinos do país.

Sozinha, a burguesia não conseguirá a reconversão em termos de social-democracia tipo Norte da Europa, nem sequer em termos de democracia tipo França.

Há, pois, creio, duas únicas alternativas: ou uma via portuguesa, marcada pela carga histórica própria da evolução portuguesa, para o socialismo, ou um regime autocrático que tenderá de novo para a ditadura.

Aliás, as recentes lutas dos trabalhadores levam-nos a verificar que a burguesia não aguenta o embate, não está em condições de aguentar o conflito de trabalho, mostrando-se em toda a sua debilidade sem o apoio político que o fascismo sempre lhe proporcionou.

Afonso de Barros — Temos assistido nos últimos tempos a uma tentativa de chamar o imperialismo em socorro da burguesia portuguesa. Julgo que temos de estar vigilantes e precavidos, de modo a contrariar a estratégia que se vem definindo, nesse sentido.

Creio que seria de retomarmos pois o problema de há pouco: quais as possibilidades de o proletariado se opor eficazmente à burguesia, contrariando esses projectos de subsistência por parte dela.

Jerónimo Franco — Em primeiro lugar, queria justificar o que atrás referi. Há alguns anos existia em Lisboa um conjunto de pequenas padarias e hoje existem duas ou três grandes empresas e, num futuro próximo restará só uma — os pequenos proprietários vão se tornando accionistas de duas ou três grandes empresas.

Nestas novas condições, poderemos interrogarmo-nos sobre se, com a luta dos trabalhadores desenvolvida nos seus locais de trabalho ou a nível sindical, os pequenos e médios empresários, os pequenos e médios proprietários não se procurarão associar, criando condições para uma reconversão do capitalismo em termos de social-democracia europeia. Esse processo dependerá aliás em grande parte do que vier a ser o sindicalismo em Portugal, fundamentalmente depois das eleições.

Quanto à tua pergunta, concretamente, creio que um dos modos de o proletariado, as classes trabalhadoras, enfim as forças de esquerda, se oporem ao avanço da burguesia consiste em forçar o Governo a condicionar todo o processo de desenvolvimento do país.

Ou seja: em vez de a produção se orientar para a exportação — o que inevitavelmente coloca o país politicamente dependente de outros países — seguir-se-ia um caminho de independência económica, em que a produção seria orientada fundamentalmente para a satisfação das necessidades internas.

AS NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO DA BURGUESIA

Augusto Mateus — Estamos numa situação de crise política e económica, crise da qual a burguesia tenta sair através de novas formas de dominação e exploração do proletariado português. Importa notar que algumas dessas formas já foram ensaiadas depois do 25 de Abril.

A luta das classes trabalhadoras era contida violentamente, repressivamente — a P.I.D.E., todo o aparelho repressivo do Estado desempenhava a sua função de manter as condições de funcionamento do capitalismo. Mas há outras formas de dominar o operariado, os trabalhadores, formas não tão repressivas, não tão violentas, formas que de um modo geral se podem catalogar nas chamadas formas de conciliação de classes. Por exemplo: um sindicalismo perfeitamente integrado no funcionamento das empresas, aceitando todo um conjunto de critérios capitalistas, permitindo que as reivindicações até façam parte dos planos capitalistas. Outras formas são, por exemplo, as do género das que foram utilizadas na reconstrução das economias capitalistas europeias no pós-guerra: fazendo pagar aos trabalhadores todo o processo de reconversão.

É preciso ver que neste país é um dado objectivo, quer para a burguesia, quer para o operariado, a reconversão da economia capitalista. Portanto, todo o processo de despedimentos a que se está a assistir, os aumentos de preços que se estão a verificar, são reflexo dessa necessidade objectiva. Neste momento, a burguesia está a tentar fazer pagar ao operariado a reconversão imposta por uma crise efectivamente desencadeada pelas formas como a burguesia dirige o processo productivo, orientando-o, como o Franco referiu, não para o mercado interno, não para a satisfação das necessidades dos trabalhadores (o que em capitalismo é impossível), mas orientando-o para a exportação, tornando a economia portuguesa largamente dependente da economia mundial.

Deste modo, o problema da consciência política, o problema do avançar uma consciência socialista é fundamental.

Neste momento, mais do que nunca, é essencial que claramente avance uma via de autonomia de classe para os trabalhadores. Seria terrível, seria o desarme completo do operariado face aos interesses da burguesia o triunfar de todo o processo ideológico e político que ladeia as questões decisivas e ponha, no fundo, os trabalhadores a reboque dos interesses de camadas burguesas.

Penso, como o Manuel Serra, que uma democracia de tipo europeu é impossível. É impossível pensar que Portugal é capaz de recuperar em termos de desenvolvimento capitalista, em relação a uma França, por exemplo, ou qualquer outro país capitalista.

A crise, a ser resolvida a favor da burguesia, se-lo-á pela implantação de um regime, que pode não ser um regime fascista, mas um regime que doseie a repressão, mesmo sob as suas formas mais violentas, com todos os mecanismos de conciliação de classes.

Esta perspectiva parece-me muito mais realista que, por exemplo, a do regresso do fascismo. Mesmo o apoio imperialista está mais interessado, do ponto de vista político, numa forma mais democrática, menos repressiva de dominação neste País.

A outra perspectiva que existe, ou seja, a de uma solução desta crise favorável aos interesses dos trabalhadores e do país, favorável a um avanço efectivo no sentido do caminho para o socialismo, passa necessariamente por atacar, desde já, as bases sociais em que assentou o fascismo e em que assenta todo o processo de exploração capitalista neste país.

A REACÇÃO É O PATRONATO ORGANIZADO

Concretamente, a questão dos despedimentos não pode ser resolvida em termos de arranjar subsídios para os trabalhadores despedidos ou outras panaceias.

A questão dos despedimentos só pode ser resolvida através de uma posição do Governo marcadamente ao lado dos trabalhadores e defendendo os seus interesses.

A questão do crédito só pode ser resolvida favoravelmente aos interesses dos trabalhadores, pela nacionalização da banca comercial. Sem esta nacionalização não se podem efectivamente resolver os problemas fundamentais que se colocam à economia portuguesa. Isto é extremamente importante porque a banca representa o ponto fulcral de qualquer economia capitalista. A perspectiva anti-monopolista passa necessariamente pela nacionalização da banca; é a primeira grande medida anti-monopolista que se deveria tomar neste País.

A questão do aumento do custo de vida — efectivamente nenhuma intervenção estatal, do ponto de vista estritamente capitalista, conseguiu em nenhum país capitalista do mundo resolver o problema da inflação. Aquilo a que se assiste é a um constante incremento dos preços e a inflação ser sinónimo de crise das metrópoles capitalistas.

Este é mais outro campo em que a intervenção do Governo não se pode fazer por critérios tradicionalmente capitalistas mas sim dando resposta à luta que os trabalhadores forem travando. Ou seja, a forma de esta crise se ir mantendo e ir permitindo o avanço dum perspectiva socialista, o reforço da organização da classe operária, e ir impedindo que a burguesia encontre um outro caminho para a dominação, só pode ser feita através de uma dialéctica em que as lutas dos trabalhadores — nos seus locais de trabalho, nos seus sindicatos, em todos os locais onde sofrem a exploração e a repressão — tenham uma expressão directa a nível da actuação do Poder Político.

O Governo tem de saber, através de medidas claramente anti-capitalistas exprimir e possibilitar o avanço à luta dos trabalhadores, através de medidas concretas e claras que o coloquem ao lado da luta dos trabalhadores. Se não o fizer o Governo contribui decisivamente para que a outra perspectiva avance, para que a burguesia vá encontrando novas formas de dominação, vá resolvendo as divergências entre as suas fracções, ganhe força e se vá organizando.

A reacção não é «um bicho de sete cabeças» é o patronato organizado, são os capitalistas organizados. A reacção espera desferir a «machadada» que efectivamente faça avançar o tal regime autoritário que me parece ser a solução para a burguesia, neste momento, neste país.

O AVANÇO PARA O SOCIALISMO

Afonso de Barros — Coloca-se aqui uma questão extremamente grave que passaremos a analisar: efectivamente, se o proletariado e as outras classes dominadas se limitarem a reivindicações meramente económicas, podemos estar certos de que essas reivindicações serão absorvidas pela burguesia e nunca poderão conduzir a uma mudança efectiva de sistema em Portugal, no sentido de se criar uma sociedade em que tenham verdadeira solução os interesses dos trabalhadores.

O Mateus focou um certo tipo de objectivos das lutas dos trabalhadores que de facto podem escapar a este controle integrador do sistema vigente. São reivindicações que não se dirigem meramente à entidade patronal que se situa face ao trabalhador, mas que são feitas à burguesia globalmente enquanto classe dominante. Os trabalhadores têm de saber dirigir reivindicações suficientemente poderosas que façam de facto este sistema transformar-se globalmente e garantam a construção de condições que permitam uma passagem ao Socialismo.

Em relação a este tema gostaria que o Franco nos falasse e certamente que o Manuel Serra também terá muito a dizer.

Jerónimo Franco — É evidente que o Socialismo não pode ser construído por meia dúzia de pessoas. Tem de ser construído pela maioria da população. Acho que os sindicatos poderiam ter aqui um papel muito importante no esclarecimento da classe trabalhadora, pois toda a gente se queixa dos males mas ninguém diz qual a sua origem e ninguém indica remédios.

O sindicalismo cá em Portugal segundo o que eu conheço e pelo que conheço não é sindicalismo; é uma espécie de colectividade de esquina onde se fazem uma circulares, se fazem umas reuniões, os dirigentes são «pau-para-toda-a-roupa» e não se avança.

Existem, é certo, sindicalistas verdadeiramente conscientes, mas em numero muito reduzido. Torna-se urgente a formação de uma vanguarda — necessariamente baseada numa prática, em processos de luta — ou seja: um grupo de pessoas bastante numeroso que nos seus locais de trabalho esclareçam os problemas e indiquem os males de modo a levar a classe trabalhadora a saber quais são as razões da exploração, quem é o «culpado» de tudo, muitas vezes não directamente o patrão mas sim o sistema em que está metido. Qualquer capitalista é certo que vai investir para ter lucro, nem pode investir de outra maneira: se o fizesse para ser útil à comunidade abria falência. É o sistema capitalista que está em jogo e porque é capitalista tem de seguir as regras do jogo.

Logo, repito, terá de haver um esclarecimento da classe trabalhadora, uma discussão ampla dos problemas e mostrar declaradamente ao Governo aquilo que se pretende. A luta não é só com o patrão mas também com o Governo que detém, digamos, o comando do aparelho.

O PAPEL DOS SINDICATOS

Afonso de Barros — Colocaste a seguinte questão, muito importante, que gostaria que desenvolvesse: A movimentação da classe operária em Portugal passa efectivamente pela reconstrução sindical, pela criação de sindicatos devidamente organizados e com uma estratégia correcta para poderem mobilizar o operariado em torno de lutas não susceptíveis de serem recuperadas pela burguesia.

Gostaria que te referisses agora à forma de reconstrução sindical que consideras eficaz, pois apesar de a reconstrução estar na ordem do dia, aquela a que estás a assistir e em que participas não vai conduzir a uma organização sindical suficientemente correcta e bem organizada para constituir uma base de luta eficaz contra a burguesia.

Jerónimo Franco — O problema é bastante complexo, porque mesmo até no tempo da clandestinidade nunca existiu uma organização sindical de cúpula eficaz. Porque não existe

MESA REDONDA

participação das bases na discussão. Os trabalhadores estão geralmente totalmente alheios ao que se passa nos sindicatos, não há ligação real.

Logo, há necessidade duma reestruturação que eu entendo dever ser uma discussão de todos os problemas na base e seguindo depois os diversos degraus — ao nível de fábrica, de zona, de distrito, do país.

Só com uma classe trabalhadora consciente e que discute os seus problemas é que uma cúpula consegue ter força para impôr aquilo que os trabalhadores querem. Porque muitas vezes as cúpulas exigem coisas que os trabalhadores não estão dispostos a defender porque as desconhecem.

O mais importante neste momento seria a democratização, a discussão ampla de todos os problemas. Terá de se avançar com propostas, com alternativas para levar os trabalhadores a discutir e a compreender o mundo em que estão inseridos.

Afonso de Barros — Julgo que agora teria muito interesse ouvir o Manuel Serra falar desta mesma questão, partindo da sua experiência de militante sindical...

Jerónimo Franco — Antes de o Manuel falar eu queria esclarecer uma coisa: não se julgue que eu entendo que o sindicato é um partido político, o que pela força que lhe atribuí na minha intervenção se poderia concluir erradamente.

Augusto Mateus — Aliás devias ou podias ter falado da questão do controle partidário sobre os sindicatos...

Afonso de Barros — Penso que podemos, por agora, deixar essa questão e vir a retomá-la, pois só a organização sindical não chega, são imprescindíveis outras formas de organização, designadamente a política.

Manuel Serra — Eu acho que não vale a pena tomar os sindicatos europeus como modelo, como agora se tem muito a tentação.

O que acontece é que, tal como temos uma peculiaridade política e económica no contexto do mundo capitalista, o próprio sindicalismo português terá de ser um sindicalismo revolucionário, político, não partidário.

Porque a revolução política, o assalto ao poder económico e político pela classe trabalhadora terá de ser feito pelas suas organizações revolucionárias, pelas suas organizações políticas. Mas não há dúvida que as organizações políticas terão que ter uma base da classe trabalhadora organizada. E a classe trabalhadora organiza-se através dos sindicatos, consciencializa-se pelas lutas que trava — económicas e políticas — perante o sistema global capitalista e não por reivindicar mais aqui ou acolá.

Não há neste momento em parte alguma modelo para os sindicatos portugueses. Somos nós que na situação histórica concreta que estamos a viver temos de descobrir qual a forma ou formas sindicais que melhor convenha à luta da classe trabalhadora.

A estrutura sindical que temos é fascista, todos o sabemos e temos de trabalhar por uma reestruturação rápida do sindicalismo. Estou convencido que nós temos em Portugal potencialidades muito grandes para levar por diante uma organização sindical original, pois a classe trabalhadora até não está viciada por forma alguma.

Julgo que, neste momento, as organizações políticas, quer pela sua falta de organização quer pela falta de organização da própria classe operária, não estão em condições de fazer o assalto ao capitalismo e implantar a via socialista.

A classe trabalhadora e as organizações políticas de esquerda têm uma tarefa fundamental que é começar a criar o chamado «cordão sanitário político» à volta das grandes empresas e da burguesia, isto é, impossibilitar as formas políticas em benefício directo do capitalismo. Aliás, já há pouco o Mateus referiu que devemos estar atentos à não recuperação das lutas pela burguesia, que temos que legislar rapidamente sobre a questão bancária e as questões relativas ao mercado externo, e o sector da distribuição que é uma mancha fundamental para o sistema económico português e ninguém ainda veio dizer o que tem sido feito nas empresas em que o Estado tem grandes potencialidades económicas.

Faço até uma sugestão que me parece fundamental: que todos os administradores por parte do Estado junto das empresas fossem enquadrados numa direcção geral para terem uma política exacta, unânime e uniforme. Assim existiria o tal «cordão político em volta das empresas» a não possibilitar que elas utilizem os homens políticos em seu benefício directo, mas seja desta forma o Governo a utilizar o seu poder em benefício duma nova economia, da construção duma nova sociedade.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Afonso de Barros — Falou-se já aqui, embora resumidamente, da organização sindical, marcando a sua insuficiência para os trabalhadores poderem de facto conquistar uma nova sociedade.

O Manuel Serra acaba de colocar uma questão importante e que eu proponho à discussão nesta parte final da mesa-redonda: referindo a articulação entre a organização sindical e a organização política, afirmou que a organização sindical pode desempenhar um papel na formação de uma ampla vanguarda operária que permita então construir uma organi-

zação política sólida do operariado no sentido de o dotar de meios para assaltar o poder da burguesia e destruí-la como classe.

Julgo que o Mateus gostaria de falar sobre isto...

Augusto Mateus — Concordo com o Manuel Serra quando ele diz que só interessa um sindicalismo político, mas considero que o sindicalismo é sempre político. Mesmo o sindicalismo de conciliação de classes que vigora e é maioritário ao nível dos países europeus é político, contribuindo muito pouco para a consciencialização socialista das classes trabalhadoras e pondo muito pouco em causa o poder político da burguesia.

O sindicalismo político que nos interessa é um sindicalismo da classe, que defende intransigentemente os interesses de classe dos trabalhadores e que neste sentido nunca pode aceitar coisas como as que foram avançadas a nível dos sindicatos fascistas, como por exemplo utilizar os sectores mais atrasados da burguesia, as pequenas empresas, os sectores com menos capacidade de resposta como tampão à luta operária. O sindicalismo europeu, e o sindicalismo a nível mundial aceita declaradamente esse jogo.

Um sindicalismo de classe vai ao fundo das questões, vai à exploração, vai à opressão.

Um sindicalismo político de classe não se confunde com um sindicalismo partidário, controlado partidariamente. Claramente, ele só pode desempenhar essa função rompendo com o controlo partidário, com a dicotomia luta económica luta política.

Na situação concreta do nosso país a luta pela reconstrução sindical é, também é, talvez prioritariamente, uma luta pela retirada do controlo partidário exercida num número importante de sindicatos portugueses.

Afonso de Barros — Trata-se pois de uma condição essencial para a própria organização autónoma das classes trabalhadoras.

Augusto Mateus — As grandes funções do sindicalismo são por um lado proporcionar experiências de luta, respondendo aos problemas imediatos da classe trabalhadora, e, por outro, ser uma escola de formação de uma consciência política, de uma consciência socialista. Mas, neste momento, nas condições concretas do país, muitos dos problemas imediatos dos trabalhadores não podem ser respondidos sequer pela luta sindical, têm de ser respondidos pela sua organização autónoma nos locais de trabalho. E até fora dos locais de trabalho — por exemplo, o Manuel Serra há pouco referiu-se a um problema importantíssimo, o da distribuição dos generos (problema que se prende com a questão do custo de vida); ora a luta contra o custo de vida levada a cabo apenas no local de trabalho, é uma luta ilusória, é uma luta sem saída. Todas as conquistas salariais são recuperadas pelo patronato com aumentos de preços e os trabalhadores nunca conseguem controlar esse aumento de preços. Assim a luta salarial tem de ser sempre articulada com a luta contra esses aumentos, com a luta nos locais de habitação, com formas de verificação popular, de modo que efectivamente se ponha em causa a lógica capitalista da distribuição. É a única forma de responder, neste país, à questão do custo de vida.

Afonso Barros — Será a única forma como objectivo imediato de luta. Julgo que se pode concluir da tua intervenção que a forma verdadeiramente eficaz de lutar contra o aumento de custo de vida, é numa primeira fase, conseguir controlar a burguesia globalmente.

Augusto Mateus — Exacto, o que eu queria deixar aqui frisado é que o reforço da organização sindical, a construção de um sindicalismo de classe, não põe em causa, antes requer, paralelamente, a organização autónoma nos locais de trabalho e fora deles.

Outro ponto importante, que o Franco já avançou, há bocado, é que o socialismo ou qualquer evolução política favorável aos trabalhadores não se faz gabinetes, não se faz com os trabalhadores a baterem palmas, à espera que os outros o façam por eles. Faz-se fundamentalmente com processos de luta, com a condução das lutas pelos próprios trabalhadores.

A articulação — a que já aludi — entre as lutas dos trabalhadores e as medidas concretas tomadas a nível do Poder Político tem de ser feita em termos de o aspecto fundamental dessa dialéctica residir nas lutas dos trabalhadores. Ou seja, é da capacidade que os trabalhadores tenham de avançar com reivindicações políticas e saberem conduzir processos de luta exemplares, que a efectiva aplicação progressiva do Programa do M. F. A., medidas anticapitalistas podem nascer do Governo Provisório.

Aliás tem-se assistido desde o 25 de Abril a algumas medidas tomadas pelo Governo Provisório, que vão marcadamente limitar a luta dos trabalhadores, que são marcadamente medidas que contribuem para mostrar à burguesia como é que novas formas de dominação podem aparecer, e isso não é alheio ao facto de haver a nível do Governo Provisório representantes da alta burguesia tanto dos seus interesses económicos como dos seus interesses políticos e ideológicos.

Quero ainda referir outra questão, aliás já focada pelo Manuel Serra — é de a classe operária portuguesa não estar viciada por todos os mecanismos construídos sob o sistema capitalista das grandes metrópoles, o chamado capitalismo avançado.

Se isto é, por um lado, extremamente favorável e permi-

te, a nível sindical e dos processos de luta, andar a passos largos, por outro lado, coabita com um fraco nível de consciência e organização de classe. É uma situação que, tal como a crise que se vive em Portugal, pode jogar favoravelmente aos trabalhadores mas também lhes pode ser desfavorável. Ou seja, pode ser uma situação que permita a nível sobretudo ideológico, avançar com palavras de ordem que ponham os trabalhadores a reboque dos interesses da burguesia. Isso, que também já foi ensaiado desde o 25 de Abril, acontece quando os interesses dos trabalhadores se confundem efectivamente com os interesses da burguesia, quando os trabalhadores aceitam por exemplo trabalhar três dias por semana e receber apenas um de salário, trabalhar a semana toda e receber apenas três dias, quando os trabalhadores aceitam tudo o que os patrões conseguem impôr baseado-se em coisas que os trabalhadores não sabem, nos velhos argumentos de que a indústria não pode, que a empresa está a abrir falência, e outras coisas que já não são impostas pelos patrões, por exemplo, o descredito lançado sobre formas de luta fundamentais da classe operária (vide toda a actuação que se tem assistido em relação a formas de luta como a greve, manifestações de rua, etc.). O descredito lançado sobre formas de luta fundamentais não contribui de maneira nenhuma para o avanço da luta dos trabalhadores, antes contribui para o reforço de posições da burguesia.

Afonso de Barros — Gostaria que referisses a questão, que omitiste um pouco, a questão da organização política dos trabalhadores.

Augusto Mateus — Reforçava estas minhas últimas palavras com o seguinte: parece-me que só é possível uma saída desta crise política, favoravelmente aos trabalhadores, se, partindo de processos de luta parcelares, partindo de várias formas de organização (que aqui já foram referidas) partindo de toda uma experiência de organização política que existe e que se consubstancia nas várias forças de esquerda existentes neste País, se forjar não nos gabinetes, não nos directórios partidários, mas sim nos processos de luta, nas experiências positivas e negativas adquiridas, se se forjar um projecto político socialista, ou seja, se se forjar na prática um conjunto de ideias perfeitamente claras sobre como é que se caminha neste País para o socialismo.

Esse projecto ao ser forjado ergue e tem de ser suportado por uma vanguarda revolucionária. Quer dizer: o problema da organização política põe-se com a necessidade de uma organização política autónoma de classe dos trabalhadores. Essa organização política pode nascer e deve nascer dos processos de luta, dos ensinamentos riquíssimos que existem na experiência da classe operária portuguesa, na experiência das várias forças de esquerda, e tem que nascer fundamentalmente de uma unidade construída não através de grandes processos de massas onde se grita unidade e se batem palmas, mas de uma verdadeira unidade revolucionária construída na luta, construída a partir da discussão ampla e democrática das posições efectivamente divergentes que existem.

A questão da organização política autónoma de classe está na ordem do dia, sem ela é impensável que a classe operária e os trabalhadores possam exprimir-se a nível do poder político, sem ela é impensável que desta crise possa ir sendo sucessivamente avançada uma solução positiva que dê passos decisivos no caminho do socialismo.

Afonso de Barros — Não sei se o Manuel Serra tem alguma coisa a acrescentar a este respeito...

Manuel Serra — A construção efectiva da sociedade socialista só poderá ser realizada por organizações de esquerda socialista verdadeiramente revolucionárias. E, como disse o Mateus, essa acção terá fundamentalmente de assentar na base da única classe revolucionária, a classe trabalhadora, na base das lutas que ela trava no seu quotidiano. Quer dizer: nas fábricas, nos locais de trabalho, nas zonas residenciais, etc., a classe trabalhadora tem de ser interveniente e as organizações revolucionárias que se reclamam da classe trabalhadora têm de estar em sintonia com essas lutas.

Embora eu defenda que os partidos não devam controlar nem dirigir os sindicatos, eles, sendo organizações socialistas, de esquerda, têm de estar ao lado das lutas da classe trabalhadora, não podendo desse combate estar dissociadas as cúpulas políticas, se se querem verdadeiramente revolucionárias; e isto mesmo quando essas lutas não parecem, à primeira vista, das mais correctas — aí compete a solidariedade desses partidos, no sentido até de transformar aquilo que inicialmente parecerá uma deficiência de luta numa vitória. Porque cada derrota da classe trabalhadora corresponde a um avanço para a burguesia, mais difícil de recuperar.

Afonso de Barros — Em todo o tratamento que fizemos deste tema, ficou em grande parte omissa a questão da agricultura, os problemas que se colocam no campo, em Portugal. Esta lacuna procurará ser colmatada numa próxima mesa-redonda dedicada à problemática da agricultura.

MESA
REDONDA



CHILE : O golpe visto por dentro

Em 27 de Junho, os assistentes à reunião da Comissão Internacional de Investigação dos Crimes da Junta Militar Chilena, reunida em Copenhaga ouviram com assombro as revelações de uma testemunha excepcional: o comandante Alamiro Castillo Aliaga, da Força Aérea chilena. Este militar de honra figurava no grupo de oficiais da FACH que até ao último momento foram leais à Constituição, às leis e à tradição cívica das Forças Armadas. Como já se sabe, numerosos oficiais, suboficiais e soldados que se distinguiram pelo seu espírito constitucionalista, foram detidos, torturados e alguns fuzilados no golpe. Só alguns, poucos, puderam escapar. Um deles, o comandante Castillo, conseguiu salvar a sua vida refugiando-se na embaixada da Argentina.

Na sua longa carreira de militar profissional, iniciada em 1951, Castillo alcançou a patente de Comandante de Esquadilha e obteve os seguintes títulos: piloto de guerra, especialista em fotografia aérea e engenheiro militar de armamento e motores. No ano de 1973 desempenhou, em comissão de serviço, o cargo de chefe de Departamento de engenharia e Desenvolvimento da Indústria Pesada, da CORFO. Em 12 de Setembro foi passado à reserva pelos altos comandos da FACH.

Transcrevemos a seguir o texto da intervenção em Copenhaga do comandante Castillo:

Senhor Presidente, Distintos membros da Comissão Investigadora dos Crimes da Junta Militar Chilena:

INTRODUÇÃO

A — DECLARAÇÃO INICIAL: Declara perante V. Ex.ªs, um oficial da Força Aérea do Chile, que viveu, e por conseguinte, conheceu directamente o que aconteceu no interior das Forças Arma-

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 4

ve, portanto, pertencer ao povo angolano que lutou por essa liberdade». Há, pois, que recordar uma vez mais que a independência nacional para o colonialismo não pode ser uma concessão, mas só uma derrota. Quer isto dizer que tal independência não se obtém através de referendo nem de eleições, dando espaço à expressão e à movimentação das minorias colonialistas. Mas conquista-se na luta, demonstrando nela uma real capacidade emancipadora e de organização nacional. E isso fizeram-no os Movimentos de Libertação e mais ninguém. São eles os únicos legítimos interlocutores do povo em luta pela independência, com quem há que entrar em negociações para o fim da guerra e da exploração colonial.

No caso de Angola, só o MPLA e a FNLA se apresentam como verdadeiros movimentos nacionalistas, e como tais são reconhecidos internacionalmente, mau grado a dúbia representatividade quer política, quer militar, da defesa dos autênticos interesses populares por parte da frente de Holden Roberto, ligado a Mobutu por laços familiares e de negócios, e através dele (e não só) a interesses imperialistas. O que não impede que, dada a considerável ex-

pressão da FNLA, uma frente ampla não seja apontada como a plataforma interlocutora imprescindível.

Quanto à Unita, é por demais sabida e comprovada a sua traição ao povo angolano e as suas obscuras ligações ao colonialismo português que a financiava. E a quem restassem dúvidas, os últimos conluios da Unita com os grupos políticos neocolonialistas são prova sobeja do seu comprometimento.

Responder taca-a-taca a tais provocações e manobras: eis, a tarefa de todos os anti-colonialistas, contra o programa da Junta spínolista — do qual, contudo, o actual Governo e a actual presidência da República ainda não se desvincularam —, contra as minorias exploradoras e suas expressões políticas (FUA, UNA, APA, PDCA, FLEC, FRA, etc.). Há que prosseguir a luta anti-colonial, exigindo a imediata abertura de negociações preliminares com o MPLA e com a FNLA, e com a recusa total de idênticas negociações com os outros grupos fantoches e traidores. Ou arriscar-nos a assistir dramaticamente à traição de 13 anos de heróica luta armada, com a reimplantação colonial (agora sob formas bem mais subtis de exploração) e, logicamente, à continuação da luta armada.

S. João da Madeira Solas novas em sapatos velhos

O M. E. S. realizou em S. João da Madeira uma sessão de esclarecimento político integrada na campanha de solidariedade ao povo chileno.

Um militante da organização local do M. E. S., membro da Comissão Política Nacional, começou por apresentar os animadores da sessão, Moreira, César Oliveira, Jerónimo Franco e António Ramos, e agradecer aos sapateiros de S. João da Madeira, a cedência da sala onde decorreu a sessão.

A sessão começou denunciando a situação no Chile, onde o povo sofre a mais cruel e desumana repressão fascista, só pelo facto de se querer libertar, tal como nós trabalhadores portugueses, das garras dos exploradores.

E continuando: esta sessão será de denúncia da exploração capitalista e de procura das formas de organização operária para em conjunto e em aliança com todas as classes exploradas, os trabalhadores poderem encaminhar a sua luta de forma a destruir a sociedade capitalista que os obriga a trabalhar cada vez mais para manter alguns cada vez mais ricos e a maioria cada vez mais pobre. Será dessa luta que nascerá a sociedade socialista, na qual não existirão mais patrões exploradores e operários explorados. Patrões a viverem em palácios e operários a viverem em barracas.

Falou depois outro militante da organização local do M. E. S., que expôs as dificuldades que os trabalhadores daquela zona têm encontrado na sua luta pela emancipação, e das que virão a encontrar pois os patrões apesar de terem perdido os aparelhos de repressão, tais como a Pide e outros, ainda não perderam o poder económico e contam com ele para barrar o caminho aos trabalhadores amealhando-os com a ameaça de despedimentos e com manobras sujas de maneira a dividirem os trabalhadores lançando-os uns contra os outros.

Passou-se depois à análise da situação da classe trabalhadora principalmente dos sapateiros, dos metalúrgicos, e a nível das confecções.

O militante do M. E. S. referiu então a situação a nível dos sapateiros antes de 1961: «altura em que a maior parte dos sapateiros trabalhavam ainda em casa. Era uma situação bastante aflitiva para a maior parte dos trabalhadores da indústria do calçado. O patronato aproveitava-se dessa situação dado que não havia obrigatoriedade da parte patronal de dar trabalho aos operários da indústria do calçado. Assim, esses trabalhadores quase que mendigavam o seu trabalho. Assistia-se, como eu assisti, ao facto de em certos dias haver alguns «pares» e em outros

já não haver. Chegava-se ao fim da semana mais ou menos com uns seis pares que eram pagos a 25\$00 o par, o máximo 30\$00. As pessoas com certeza que se recordam dessa situação. O que era mais opressivo era o facto de o patrão não querer pagar a obra ficando com ela feita. Bastava arranjar um defeito...

Foi a partir desta situação que os trabalhadores começaram a lutar, conseguindo avançar com o contrato colectivo. Alcançou-se assim uma situação, diga-se de passagem que também interessava aos patrões, de tornar obrigatório os trabalhadores virem trabalhar para as fábricas. Este contrato permitiu alcançar um salário de 40\$00, 30\$00, 25\$00, 15\$00, que era o caso dos «moços», dos «aprendizes» e de outros mais baixos. Por outro lado, o patronato também tirava partido de tudo isto. O desnível salarial fazia com que os trabalhadores fossem obrigados a levar obra para casa. Punha-se então a necessidade de lutar contra a opressão económica que se reflectia nas cargas de trabalho, que ainda hoje continuam mas que nessa altura eram muitíssimo maiores.

Os «palmeados», os «pregados», os «aviados» isso era às sacas cheias!

Foi esta situação que se manteve de 61 a 67 ou 68. Como de facto um contrato destes nem dava para subsistir, com salários de 40\$00, mais tarde avançou-se para 50\$00, dado que também se começou a fazer sentir a falta de trabalhadores devido à emigração. O patronato viu-se assim obrigado a abrir mais os cordões à bolsa.

Por alturas de 67/68, os trabalhadores conseguiram alcançar novas tabelas, que são mais ou menos aquelas que ainda se mantêm. Entre os 40\$00, 60\$00 e avançando até aos 100\$00. Todas estas conquistas salariais não são fruto de uma força operária organizada capaz de combater o patronato. São mais o resultado das próprias necessidades do patronato enquanto os trabalhadores faziam pressões de maneira individual, tirando proveito de haver mais ou menos trabalho nas fábricas.

AS MANOBRAS PATRONAIS

Na indústria metalúrgica, que se poderá dizer que era a mais avançada aqui do sector, a situação pouco diferente era da dos sapateiros. Eu próprio notei isso, antes do

25 de Abril, pois fui pedir trabalho à Molaflex, fui para lá com o salário de 2400\$00 no sector da metalurgia. Se fosse para o sector dos colchões iria ganhar 2000\$00. A Oliva estava a pagar mais, mas ambas estavam obrigadas através de um contrato a pagar mais dado que estavam no 1.º escalão. As outras como estavam num escalão diferente pagavam salários ridículos.

No sector das confecções era muitíssimo pior. O sector das confecções onde predomina a mão-de-obra feminina era um sector onde a exploração os salários diários eram de 36\$00, 40\$00, e não avançavam daí. A forma que o patronato usava para manter toda esta situação, era geralmente o despedimento, ou a repressão a todos os níveis, começando pelo isolamento das operárias mais combativas... e conscientes, acusando-as de comunistas ou coisas no género. Isto para não falar do conluio a nível de patronato, por exemplo na zona de Oliveira de Azeméis e Escapães, onde os patrões se reuniam e um indivíduo que se despedisse da fábrica dessa zona já não tinha trabalho noutra fábrica. Esta era uma das formas que o patronato usava para obrigar a maior parte dos trabalhadores a ficarem subjugados às condições que o patronato oferecia. Para já não falar dos despedimentos abusivos que apareciam a todos os instantes, se o indivíduo tomava posição na questão das férias, se o trabalhador tivesse a ousadia de avançar contra o patrão exigindo-lhe que descontasse para a Caixa, etc.

UM GRADE SENHOR

Isto era antes do 25 de Abril. Depois as coisas não se modificaram muito. O que é que se verifica por exemplo quanto ao salário mínimo? O que se passa a nível do patronato da indústria do calçado? Recusa-se terminantemente a pagar os 3300\$00. Para além disso ainda usa das mais diversas artimanhas.

Aqui na zona existem, salvo erro, 180 empresas. Dessas, talvez umas 20 ou 30 estejam a pagar o salário mínimo nacional.

No sector das confecções as empresas recusam-se a pagar os 3300\$00, ainda com a agravante de argumentarem que não têm capacidade para «aguentar» com os 3300\$00. Não têm capacidade e atiraram à cara dos trabalhadores com o possível fecho das fábricas, como aconteceu com uma do sr. Pedro, «o grande senhor cá do sítio». Só o esforço organizado dos trabalhadores obriga a que ele



ainda neste momento manteve uma situação de 5 dias de trabalho.

UMA SITUAÇÃO CATASTROFICA

A nível metalúrgico, a coisa ainda consegue ser mais catastrófica.

Quem está ligado ao sector metalúrgico, sabe que no distrito de Aveiro que tem cerca de 1200 unidades de produção, entre fábricas e oficinas, chega à conclusão de que só cerca de 20 estão a pagar os salários segundo o contrato dos metalúrgicos.

O que é que a gente nota no meio de tudo isto? Para frisar, por exemplo o Lima Resende chega ao ponto, quando os trabalhadores têm a ousadia de começar a faltar ao trabalho ao sábado, como forma de se contrapor ao poder dele, dado que o horário é de 45 horas, chega ao ponto de através do seu encarregado dizer: «ou vocês vêm trabalhar ao sábado ou eu uso de medidas drásticas. Então uso das medidas da lei que tenho do meu lado».

A par disso há outras empresas, como o caso do Coelho que não esteve com meias medidas, despediu cerca de 12 trabalhadores e neste momento parece-me que pretende readmiti-los, dado que as indemnizações eram um bocado exageradas, tinha de dar uma quantidade de dinheiro e então resolveu fazer o jogo.

Os Baratas a mesma coisa. Chegavam ao ponto de dizer terminantemente que não estão dispostos a pagar e não pagam mesmo. O caso de Cesar é a mesma coisa e o de Caldas de S. Jorge. O D. Décard e outros além de não pagarem ainda vão para os despedimentos.

Antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril, a situação dos trabalhadores não se modificou nada!

Se alguma coisa se modificou foi a nível dos preços e do desemprego, porque de resto a situação continua idêntica!»

Continuação da pág. 9



das do seu país, os processos através dos quais, foram levadas a destruir os próprios valores nacionais, construídos ao longo da história, a atentar contra a vida do seu próprio povo, a depor um regime legítimo e chegar ao assassinato do próprio presidente da República.

B — MOTIVOS DA DECLARAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL: Os motivos que me decidiram a declarar perante V. Ex.ªs, devem-se a duas razões fundamentais:

1 — **DENÚNCIA PÚBLICA:** denunciar perante a opinião pública mundial, o plano friamente preparado que destruiu o respeito às instituições no Chile, a sua economia e a sua liberdade, a estabilidade e a segurança pessoal dos seus habitantes.

2 — **ALERTAR AS FORÇAS ARMADAS DO MUNDO:** Colocar de sobre-aviso aqueles que, guiados pela sua vocação patriótica e de serviço público escolheram a carreira das armas e se vêm progressivamente impulsionados a colocar-se em oposição com os seus próprios povos, para servir interesses alheios.

II — O golpe militar de 11 de Setembro de 1973

Não se deve pensar que o golpe militar de 11 de Setembro de 1973 foi o resultado espontâneo, da consequência da acção do Governo da Unidade Popular, ou a existência de um «Plano Z», mas sim, que a sua origem tinha uma clara orientação reaccionária, e posta em marcha, foi o resultado de uma planificação cuidadosamente levada à prática.

Durante 40 anos os militares chilenos estiveram marginalizados da política nacional. Durante esse tempo viveram fechados na vida profissional e social, segregados do resto da população do país. Eramos um compartimento estanque dentro do quotidiano nacional.

Antecedentes prévios

Doutrina profissional: A doutrina profissional dos últimos 4 decénios pode reunir-se em seis palavras: «acatamento fiel da Constituição Política».

Conceito de apoliticidade: O conceito de apoliticidade significava alhear-se de tudo o que pudesse implicar um pensamento progressista, convertendo as forças armadas em parte integrante do sector dominante do país. Durante a sua formação profissional, os oficiais são orientados para uma posição retrógrada aristocrática. Fora desta linha era ser «comunista».

Penetração ideológica: A utilização das forças armadas

chilenas contra o povo foi directamente favorecida pela penetração ideológica. As F.A. chilenas estavam objectivamente subordinadas à influência norte-americana, pelo seguinte:

O material de guerra era quase sem excepção norte-americano, recusando-se todo o pedido de material que não fosse dessa origem: aviões, tanques, barcos de guerra, munições (bombas, foguetes, munições de armas ligeiras e pesadas), canhões, metralhadoras, espingardas e pistolas, etc.

Os manuais de instrução eram norte-americanos e em inglês: manual de manutenção, manual de abastecimento e outros.

As técnicas de operação eram norte-americanas. A instrução fazia-se nos Estados Unidos ou no Chile segundo os técnicos norte-americanos, com a ajuda norte-americana.

Os cursos de Informação e Contra-informação, não estavam orientados para o que era lógico, os países vizinhos, mas sim para o Comunismo. Ao falarem do «inimigo» referiam-se a isso mesmo.

Isto era correcto para os Estados Unidos visto que com o termo «inimigo», o soldado norte-americano referia-se aos países comunistas. Isto não significava o mesmo para os chilenos, embora fosse isso que aprendiam nos E.U.

Outros cursos: todos os cursos nos Estados Unidos tinham uma primeira fase de Contra-informação, porque se dizia «o inimigo escuta», tem que se cuidar da segurança.

Isto era para todos os cursos, isto é, Pilotagem, Abastecimento, Manutenção, Electrónica, etc.

Junta Interamericana de Defesa: reúne oficiais das 3 Américas com vista a institucionalizar um sistema militar inter-americano para se defender da «Agressão Exterior».

O tempo de passagem por esse organismo dura um ano e a ele se destinam oficiais do Estado-Maior, com patente de coronel, para aqueles a quem não se deseja dar categoria de diplomatas, que tinham os adidos militares.

Missões militares

Missão chilena em Washington: tem as 3 armas, com grande número de oficiais. A duração na comissão é mais de 1 ano.

Missões estrangeiras no Chile: refiro-me às missões militares dos Estados Unidos, com acesso a toda a informação que desejavam.

É a única missão militar estrangeira que tinha (e tem) esse privilégio.

Operações Unidas — Encaminhadas para a defesa do Hemisfério Sul contra o «Inimigo». Esse é o «Comunismo», segundo a orientação inequívoca que nesse sentido recebemos dos militares chilenos.

Conferências de comandante chefe das F. A. americanas: (para as 3 armas).

Foram criadas como parte do sistema militar montado em torno da segurança do Hemisfério Sul. A sua origem deve buscar-se na chamada «doutrina Monroe». Em consequência constitui um organismo manejado e orientado desde o pentágono.

A última de chefes do Exército, realizou-se em 10 de Maio de 1973. Não assistiu o general Augusto Pinochet. (V. Ex.ªs imaginarão em que estaria ocupado).

Autocomando

Antes de assumir o comando presidencial o dr. Salvador Allende não teve, como outros presidentes, a tranquilidade e a informação suficientes para formar o seu Gabinete, decidir sobre os altos poderes das F.A., nomear os ajudantes de campo e os subsecretários de Guerra, Marinha, Aviação. Foi tudo uma corrida desenfreada, rumores fundamentados em rebeliões no seio de Armada, do Exército, reuniões sediciosas, etc.

A maioria dos generais que compunham o Alto Comando, no momento de assumir o poder o presidente Allende, eram contrários ao novo Governo.

No Exército, o general Canales, liderava o grupo de sediciosos com quase todo o apoio do Alto Comando.

Da Armada falava-se que não se deixaria ao presidente assumir o poder.

Serviço de informação

Trabalhava a todo o vapor cegamente no seu trabalho clássico para o «inimigo». Na realidade só trabalhavam como os mestres norte-americanos os que tinham ensinados, contra o «inimigo comunista».

Os comandantes-chefes de cada ramo recebiam as informações e não deram nenhuma instrução para modificar a orientação. Os serviços de Informação continuaram a trabalhar numa apertada perspectiva anti-marxista.

No Exército nomeou-se um coronel para dirigir este serviço, mas as informações confidenciais não chegavam ao general Carlos Prats, comandante-chefe do Exército, leal ao Governo Constitucional.

Os serviços de Informação continuavam à «caça às bruxas» dentro da esquerda, como nos melhores tempos dos Governos reaccionários.

Salários das Forças Armadas

Depois da cegueira, negligência e culpabilidade de Eduardo Frei, ex-presidente do Chile, que obrigaram a que os militares fizessem o primeiro acto de indisciplina colectiva em 40 anos, refiro-me à rebelião do Regimento de Tarna, em 1969, os salários foram melhorados, mas em pouco mais de 1 ano — isto é na altura em que Allende tomou o poder — já eram insuficientes.

No próximo número preparação do Golpe Militar



Miguel Henriquez, secretário-geral do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), caiu... como verdadeiro revolucionário: de arma na mão, lutando até à última pela revolução proletária contra a brutal opressão burguesa que se abateu há um ano sobre o Chile.

Foi abatido em S. Miguel, subúrbios a 7 km do centro de Santiago, num recontro armado com a polícia gorila.

Miguel Henriquez não se rendeu, não se evadiu. Consequentemente ficou e lutou, ludibriando a feroz «caça ao homem» que os esbirros de Pinochet há um ano lhe mociam, refazendo morosa mas seguramente o tecido organizativo da resistência armada, ripostando às chantagens pactistas de não agressão dos gorilas enraivecidos com a permanente resistência popular.

Ainda há dias, a imprensa mundial noticiava a firme e decisiva recusa do MIR em aceitar, em troca de covardes partidas para o exílio, qualquer espécie de trégua com os chacais da Junta. O imperialismo, mais que denunciado impotente do exterior, combate-se, roendo-lhe por dentro as raízes. Perante a violência imperialista nenhuma cédência pode ser resposta. A única saída possível é a resistência revolucionária. Essa sempre foi e continua a ser a resposta do MIR, a cuja história o nome de Miguel Henriquez está profundamente ligado. Foi o começo dos anos 60, com a irrupção da Revolução Cubana e o progressivo impasse a que o reformismo levava, com uma estéril luta economicista e eleitoralista, o movimento operário chileno, que nasceu a esquerda revolucionária.

Em 1970, após uma clandestinidade fortemente reprimida pela DC de Frei, o MIR entra na legalidade, em que actua até ao fim trágico da ilusória tentativa reformista em 1973.

«Nós não fomos impacientes, nem ultra-esquerdistas, disse recentemente Henriquez, nós dirigimos na medida das nossas forças a marcha histórica dos trabalhadores contra a classe dominante e o sistema capitalista, nas fábricas, nos campos, nos liceus, nas universidades, nos quartéis. Mas não fomos capazes de arrancar ao reformismo a condução do movimento de massa. Esta foi a nossa fraqueza e a nossa falha, e não outra. Hoje permanecemos no Chile para reorganizar o movimento de massa, procurando a unidade de toda a esquerda e de todos dispostos a combater a ditadura gorila, preparando uma longa guerra revolucionária, através da qual a ditadura gorila será derrotada, para depois conquistar o poder para os trabalhadores e instaurar um Governo de operários e camponeses».

Miguel Henriquez tombou, mas não caiu este projecto, nem esta luta. Se pensa a Junta, fanfarrão do imperialismo, ter com ele abatido a resistência, enganase. Doravante, seu nome, seu sangue, será mutirão, movimento, MIR...

«Aunque mueras, no mueres!», camarada Miguel Henriquez!

«Aunque mueras, no mueres!», camarada Miguel Henriquez! Patria o Muerte, venceremos!

SALVEMOS A VIDA A CARMEM CASTILLO ECHEVERRIA

Carmen Castillo Echeverria foi gravemente ferida pela polícia no recontro em que o camarada Miguel Henriquez foi abatido a tiro. O seu estado avançado de gravidez não impedirá a Junta gorila de utilizar com ela os mais selváticos e bárbaros meios que invalidaram já fisicamente Van Schouwen, e faz perigar mais ainda o seu estado de saúde.

Só uma campanha internacional de solidariedade e de denúncia da repressão burguesa fascista poderá impedir que mais um edíndio crime seja cometido.

Exprimamos através de todas as formas de luta a nossa solidariedade e o nosso protesto.

Nem mais um embaixador, nem mais um tostão, nem mais uma arma para a Junta fascista do Chile!

Dos Trabalhadores da Lisnave à População

Os trabalhadores da Lisnave, cuja justa luta tem sido alvo de ataques e deturpações a todos os níveis, distribuíram um comunicado onde exprimem a sua solidariedade com os seus camaradas da Applied, Sogantal, Construção Civil, Indústria Têxtil, da Siderurgia, do «Jornal do Comércio», da Socel, da ENI, da TAP, e de todas as fábricas e campos, que lutam contra a exploração capitalista.

Denunciam a tentativa de boicote do seu comunicado por parte de alguns órgãos de Informação que, em contrapartida divulgaram um comunicado assinado pela célula do P.C.P. da Lisnave/Margueira cujo teor foi repudiado pela classe operária no seu conjunto de uma maneira clara, e desmentem as afirmações contidas em comunicados dos Ministérios da Comunicação Social e do Trabalho relativos à manifestação que realizaram no dia 12 de Setembro, afirmando a dado passo:

«Os operários da LISNAVE AFIRMAM:

«Que a luta que travam pelo saneamento, contra o fascismo, contra todas as leis que permitem o fecho das fábricas e restringem os direitos e as liberdades dos trabalhadores explorados, contra a gula do capitalismo monopolista e de toda a exploração capitalista, é uma luta justa!

«Os que se opuseram a ela colaboram, não em teoria mas na prática com a reacção e as forças contra-revolucionárias.

«Os operários, toda a classe: «Compreendendo as lutas do povo contra o fascismo terrorista, compreendendo o

cerco feito à Penitenciária pelo povo de Lisboa numa vigilância activa contra os carneiros do povo — PIDE — compreendendo o levantamento enérgico do povo do Montijo para impedir, e impedindo, que os ladrões imperialistas franceses roubassem a última fatia que restava da sua exploração (meios de produção).

«Coloraram-se à frente da luta, apontando a todo o povo, que só podemos lutar contra o terror fascista, lutando contra o capitalismo monopolista e contra todas as formas de exploração capitalista.

«Os operários sabem no entanto que:

«Enquanto as lutas das fábricas se mantiverem isoladas das outras fábricas do resto do País. Enquanto as lutas económicas e políticas, não forem guiadas pela ORGANIZAÇÃO PRÓPRIA DA CLASSE OPERÁRIA.

«A luta dos trabalhadores explorados, contra a classe burguesa exploradora é muito limitada.

«É por esta razão que todos os trabalhadores conscientes, que todas as organizações se devem empenhar de uma forma militante na organização e politização dos operários na luta contra todo o tipo de exploração.

Mas os operários repudiam naturalmente e de uma forma activa, todas as organizações que tentem caluniar e dividir as lutas justas dos trabalhadores, mais, os operários repudiam todas aquelas organizações que desprezando a militância e a organização na classe operária, se aproveitam demagógica e oportunisticamente das suas lutas, para se acavalitar na classe operária».



“Vamos falar claro?”

— Os trabalhadores e o povo português corresponderam ao apelo do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, fazendo do dia 16 de Setembro uma grande jornada de trabalho nacional.

Os trabalhadores e o povo dirigiram-se para os locais de trabalho, para os campos, para as ruas, onde demonstraram pela sua acção voluntária a inabalável vontade popular de esmagar a reacção.

O M.F.A., as organizações partidárias e populares, os milicianos, os soldados e marinheiros, tinham poucos dias antes demonstrado a sua força ao travar a tentativa contra-revolucionária da direita capitalista. Nas barricadas, nas manifestações, nos quartéis, a unidade militante do povo com o M.F.A., tinha saído reforçada salvaguardando as conquistas populares alcançadas depois do 25 de Abril.

Largos sectores capitalistas nacionais e principalmente estrangeiros ficaram profundamente inquietos com o processo de luta que levou ao esmagamento da tentativa golpista reacção. De facto, trata-se de uma reacção tradicional da parte dos capitalistas e das centrais do imperialismo. As massas populares nas ruas, unidas de novo com o M.F.A., assustaram todos aqueles que pretendem ver perpetuado o sistema capitalista.

O apelo lançado para o dia nacional de trabalho pode-se compreender assim como um processo de restaurar a confiança desses sectores no desenvolvimento do processo democrático. O carácter conservador desta justificação é contrabalançado pela necessidade de demonstrar à reacção, vencida mas não destrocada, uma capacidade de mobilização popular ainda maior do que a conseguida nas acções de rua.

Ainda mais pode (e deve) levantar discussão a justificação fundamental apresentada: «a economia nacional está pobre e é preciso desenvolvê-la».

A este propósito o núcleo de Beja do M.E.S. emitiu um comunicado onde muito justamente se pergunta: «Mas o que vem a ser isto da economia nacional estar pobre?» E a seguir, falando claro, afirma

o núcleo de Beja do M.E.S.: «Por exemplo, aqui no Alentejo, não é por falta dos camponeses trabalharem duramente por salários de miséria, o mesmo acontecendo aos operários das oficinas, construção civil, etc., que a economia está má. Está má porque Portugal é um país capitalista que atravessa uma crise profunda.

Essa crise é principalmente devida a duas causas: a primeira é o facto do **capitalismo português estar dependente do capitalismo internacional**, o que faz com que a nossa economia esteja em grande parte organizada segundo os desejos dos capitalistas estrangeiros e não dos nacionais; a segunda é porque **em Portugal se gastaram, nos últimos anos, rios de dinheiro em despesas improdutivas, especialmente com a guerra colonial**. Isto contribui para um extraordinário aumento do custo de vida e, portanto, para um maior agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras.

Mas, apesar da economia nacional estar de rastos, nós vemos os donos dos bancos, das fábricas e dos latifúndios, cada vez mais ricos. O que é absolutamente natural, pois esses grandes capitalistas vivem, sem fazer nada, à custa do trabalho do povo e quanto mais miserável o povo é, mais ricos eles são.»

A seguir diz o mesmo comunicado: «O povo português vai trabalhar no domingo.»

«O povo português, no domingo, vai para as fábricas, para as oficinas, para os campos, produzir riqueza, enquanto os capitalistas, esses passarão mais um dia de barriça para o ar.

Mas para onde vai essa ri-

**Vamos todos trabalhar no domingo;
mas exijamos que os lucros do nosso trabalho
vão constituir um Fundo
de Auxílio aos Trabalhadores Despedidos!
Abaixo a exploração capitalista!
Não aos despedimentos!
Avante pelo socialismo!**

queza produzida?

.. Irá para os bolsos dos patrões ou servir para melhorar as condições de vida do povo português?

.. Todos os trabalhadores sabem que, só quando o sistema capitalista for destruído, só quando deixar de existir a exploração, isto é, quando construirmos a sociedade socialista, só nessa altura a riqueza criada pelo trabalho do povo será pertença do próprio povo.

O M.E.S. considera correcto que os trabalhadores portugueses demonstrem, trabalhando no próximo domingo, a sua inabalável determinação de não permitir que as liberdades democráticas instauradas com o 25 de Abril sejam destruídas e de que a sua luta só terminará com a implantação da sociedade sem classes, a sociedade comunista.

No entanto, o M.E.S. considera incorrecto que os lucros desse dito trabalho vão como sempre para os patrões e que os salários que os trabalhadores deviam receber sejam entregues ao Ministério do Trabalho ou a qualquer outra instituição.

O M.E.S. considera correcto que os trabalhadores recebam o seu salário, mas que o lucro do seu trabalho, em vez de ser para os patrões, vá constituir um fundo para auxílio aos milhares e milhares de trabalhadores despedidos pelas empresas capitalistas.

Consideramos que é contraditório o Governo apelar para o trabalho de todos os portugueses e nada fazer contra as empresas que neste momento despedem milhares de trabalhadores, negando-lhes o seu mais elementar direito — o direito ao trabalho.

São estes (os trabalhadores despedidos) que neste momento necessitam da nossa solidariedade.»

E acaba por proclamar:



Continuação da pág. 1

— as crescentes dificuldades das classes trabalhadoras face à subida do custo de vida, intensificando lutas cada vez mais avançadas.

Do agravamento desta discussão interna à burguesia, safu inevitavelmente afectado aquele que foi o seu instrumento mais importante: o **exército colonial**.

Porque nasce o MFA

Neste contexto, o Movimento das Forças Armadas, suscitado no imediato por motivos internos à estrutura militar — promulgação do decreto que permitia o acesso dos milicianos ao quadro permanente sem frequência da Academia Militar — foi progressivamente transformando-se em movimento político. Reciprocamente, foi também contribuindo para o agravamento da crise em curso.

Vários anos de experiência da guerra colonial deram aos quadros intermédios das Forças Armadas, jovens oficiais, a consciência de que sob a bandeira da apolitidade e da neutralidade estavam a ser usados como meros instrumentos. Instrumentos de uma política por cuja falência seriam, em última análise, responsabilizados, quando as vitórias dos Movimentos de Libertação tornavam inevitável a derrota militar. Instaurou-se o receio de uma nova Índia e ainda a necessidade de os militares defenderem o prestígio da sua profissão.

Também a subida galopante do custo de vida, ao deteriorar violentamente o estatuto económico dos oficiais funcionou como factor de avanço na compreensão da falência da política fascista.

Tais parâmetros determinaram necessariamente uma consciência colectiva do tipo sindical-corporativo, eivada pela ilusão de uma racionalização do aparelho militar, mas já minimamente afectada pela sensação de impotência perante as vitórias dos Movimentos de Libertação.

As malhas apertadas da repressão fascista e a estreita margem de manobra da burguesia em crise colocavam, objectivamente, nessa altura, o então Movimento de Capitães na alternativa de ser esmagado ou, necessariamente, evoluir.

As razões de o Movimento ter evoluído inscrevem-se no quadro mais geral das necessidades de o capital financeiro fazer corresponder à dominação económica que já exercia no processo de desenvolvimento capitalista a hegemonia política; obedecendo estas

necessidades a um projecto neo-colonialista e reformista, é evidente que só as Forças Armadas poderiam garantir o autoritarismo de um novo regime que promovesse alterações qualitativas no processo de exploração dos trabalhadores de Portugal e das colónias.

A estrutura militar degradada-se

Adegradação progressiva da burocracia militar, com toda a sua força assente numa estrutura intermédia de oficiais subalternos originários ou fortemente ligados social, cultural e psiquicamente às formas de propriedade e exploração rurais, foi também um factor influente do nascimento e desenvolvimento do M. F. A.

Em Portugal, devido a condições estruturais e à natureza da guerra colonial, deu-se uma degradação muito rápida desse quadro intermédio de subalternos que a classe dirigente se viu obrigada a preencher com pessoal impreparado, recentemente saído ou ainda integrado no meio estudiantil, ou seja, os milicianos.

Assim, a ideologia militarista, ao encontrar grandes obstáculos à sua veiculação, não pôde mais continuar a manter a política afastada dos quartéis, não pôde mais impedir a tomada de consciência pelos militares do significado político do empenhamento colonial.

Perante o constatado recuo do federalismo Marcelista, o novo federalismo do chefe militar Spínola, transformado em referência e ideal para os projectos da burguesia financeira aliada ao imperialismo, veio finalmente amadurecer as condições para a fractura vertical das Forças Armadas.

Em todo este processo de crise aberta da dominação burguesa em Portugal, em que estava em jogo a hegemonia política de uma das fracções, dada a impossibilidade de um projecto comum, o acumular de tensões conduziu os sectores mais reacçãoários, a quem Marcelo Caetano se agarrou desesperadamente, a apertar o controle do aparelho de Estado.

Assim, o fortalecimento do M. F. A., em contradição com o cada vez mais reduzido poder de negociação do Governo fascista, foi colocando gradualmente na ordem do dia a necessidade de derrubar o regime.

Do mesmo modo, internamente ao M. F. A., a corrente democrática ia ganhando alento para impor à precipitação golpista das correntes Spínolista e tecnocrática um amadurecimento procurado nas forças democráticas civis.

O papel de alguns acontecimentos

Deste desenvolvimento são factores relevantes alguns acontecimentos ocorridos a partir de meados de 73.

O regresso de Spínola da Guiné, afirmando que o Exército tinha feito o que estava nas suas mãos e que o

resto competia às autoridades coloniais em termos políticos e socio-económicos, foi o primeiro reconhecimento público de que a guerra só podia ser resolvida politicamente.

O clima interno e internacional criado em torno da proclamação da independência da Guiné-Bissau, em 23 de Setembro de 1973, foi mais uma grande derrota para a política colonialista do Governo.

Em Outubro, as eleições e a repressão à oposição vieram fazer gorar as últimas esperanças depositadas pelos militares na solução legal dos seus problemas.

As manifestações de desconfiança nas F.A. em Dezembro, levadas a cabo pelos colonialistas moçambicanos tiveram um poderoso efeito agravador no Movimento.

Ainda em Dezembro, o golpe militar frustrado de alguns generais da extrema-direita ajudou a compreender a acuidade com que se colocava a questão do poder.

A publicação de «Portugal e o Futuro», mais pelo facto em si do que pelo seu conteúdo, constitui também factor de coesão para o Movimento.

Finalmente a discussão-fantoché do problema colonial na Assembleia fascista, o juramento dos generais a que faltaram Costa Gomes, Spínola e Bagulho e a demissão dos dois primeiros dos cargos de Chefe e vice-chefe do Estado Maior das F.A., acabaram com as hesitações.

É deste modo que surge a marcha das Caldas em 16 de Março último

Este acontecimento, se por um lado teve grande importância na preparação do 25 de Abril, dada a repressão que se abateu sobre o Movimento, por outro não deixou de reflectir a precipitação daqueles para quem o amadurecimento político do Movimento causava o fundado receio de fazer ultrapassar as suas perspectivas meramente desenvolvimentistas.

Ficaram, assim, lançados todos os dados para um 25 de Abril que o apoio popular massivo e o papel das organizações de esquerda tornaram irreversivelmente antifascista.

Ficaram, assim, lançados todos os dados para o desenvolvimento de um processo em que ficou mais clara a contradição entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos.

Ficou um programa, o do M.F.A. que, por contraditório, interpretado de maneira reacçãoária fará o jogo do capital financeiro e do imperialismo e interpretado de modo progressista constituirá factor de avanço das lutas de emancipação das classes trabalhadoras.

Ficou uma alternativa em cuja opção o M.F.A. está altamente responsabilizado.

Da forma como o M.F.A. tem assumido esta responsabilidade desde o 25 de Abril, falaremos no próximo número de «Esquerda Socialista».

Madina do Boé

1.º aniversário da independência



DIA 24 DE SETEMBRO DE 1973 NA GUINÉ (BISSAU).

Declara-se em Madina do Boé a Independência da República da Guiné-Bissau Jovem nação «forjada na luta», uma luta de armas e sangue, no interior do mato da Guiné, e uma luta política, pelo reconhecimento desse Estado nas esferas políticas internacionais, nas bancadas da ONU, um «combate que supunha uma coragem enraizada nos princípios duma participação prática e adquirida...» (B.Davidson).

Em Bissau, o silêncio. Silêncio conseguido através da ameaça, domado-terror, do servilismo e do desespero, traduzido na alienação dos seus 80 000 habitantes.

Silêncio mantido pelas forças de ocupação e pelas dezenas de prisões preventivas feitas pela PIDE-DGS.

DIA 24 DE SETEMBRO DE 1974

Celebra-se em Madina do Boé o 1.º Aniversário da Independência da República da Guiné-Bissau.

Comemora-se um acontecimento de significado não tão diferente do ano anterior: são dois momentos distintos de uma mesma luta que evolui e continua...

Enquanto expressão de um objectivo alcançado, o 24 de Setembro de 74 é ainda e só, mais um momento de vitória num combate que prossegue.

Reuniram-se em Madina do Boé todas as delegações dos Estados Africanos e Europeus que reconheceram na luta do povo da Guiné-Bissau uma nova Nação, e ainda forças progressistas de todo Mundo que da luta deste povo tiraram uma lição exemplar.

Em Bissau aquela mesma população que um ano antes tinha calado ou ignorado o significado deste dia, para rebentar após o 25 de Abril em manifestações de alegria e júbilo incontidas ainda que traduzidas de forma desorganizada e apolítica, encontrava-se agora vivendo o 24 de Setembro e assumindo na sua real dimensão o significado da luta em que por eles tombaram seus irmãos.

Era uma alegria de quem começa, não de quem acaba... Para o MES desde há anos empenhado na luta anti-colonial, havia desta luta momentos e factos já assumidos e vividos em comum com o PAIGC.

Assim, o MES esteve presente com o povo da Guiné-Bissau nas comemorações deste 1.º aniversário, com ele viveu as horas de alegria de um momento de avanço de uma luta comum. Luta comum que com aquele povo continua a travar pela união da Guiné e Cabo Verde e até no apoio à luta do povo angolano pela sua completa independência.

Assim o MES participou na preparação do Grande Comício de Bissau. Comício esse que era necessário que tivesse em relação à sua população — impossível de deslocar a Madina do Boé — a mesma importância política das cerimónias oficiais aí realizadas.

Comício esse que exigiu um trabalho de esclarecimento e preparação política de massas que pode ser comparado àquele feito actualmente em Lisboa e do qual se podem tirar lições políticas significativas.

Assim o Comício oficial de Madina do Boé é politicamente prolongado em Bissau com a presença de Constantino Teixeira, Otto Schwartz, Domingos Brito, Paulo Correia, Marcos, Juvêncio Gomes e outros, para além de uma representação do Senegal e de Cabo Verde e de Portugal (através do MES).

O facto de existir permanência de tropa e presença portuguesa, de certa forma ainda resto de ocupação, é superado

por Juvêncio Gomes ao dirigir-se às 30 000 presentes no Estádio Municipal de Bissau, fazendo-o a dada altura nos seguintes termos: «No início desta fase delicada da nossa luta, tenho que pedir que fique bem claro que há que lutar contra a mentalidade ainda existente do colonizado» acrescentando que «ninguém luta porque quer lutar mas por a tal é obrigado pela necessidade» assim «um povo analfabeto, sub-desenvolvido que conseguiu apesar de tudo vencer o maior dos impérios colonialistas, avançará de cabeça erguida como filho digno de África» assim também continua Juvêncio Gomes «não houve a raiva que podia ter havido à bandeira portuguesa porque o povo português precisa da nossa ajuda; vencendo o exército colonialista, garantindo a nossa vitória ganhámos simultaneamente para o povo português uma vitória sobre uma exploração que é comum».

Seguiram-se as intervenções de um representante da República do Senegal, de uma força progressista portuguesa, do Movimento de Esquerda Socialista, e por fim do representante de Cabo Verde. Na sua intervenção, o MES, secundando Juvêncio Gomes, afirmou:

«Nesta hora é importante lembrar que só pegando heróicamente em armas, só superando energeticamente desânimos e contradições, só construindo incansavelmente a consciência de uma Nação e fazendo firmemente uma revolução soube o povo da Guiné-Bissau obrigar o colonialismo a render-se. (Ovação)

— O mais importante do caminho está percorrido. Resta ainda porém a unidade da Guiné com Cabo Verde, da qual o PAIGC e o povo da Guiné e Cabo Verde não abdicarão jamais (Ovação)

Mas esta vitória do Povo da Guiné e Cabo Verde é também uma vitória da África ant-colonialista, de todas as forças anti-imperialistas, de todos os explorados do Mundo e também, de um modo particular, do Povo Português. (Ovação)

Mais adiante disse: «Assim, não só como militante e representante do Movimento de Esquerda Socialista volto a estar entre vós e agora para vos dizer ainda mais que é por isso que nós, o Movimento de Esquerda Socialista, saudamos os heróicos combatentes do Povo e a vitória por eles conseguida.

É por isso que com eles estreitamos ainda mais os laços que nos unem para prosseguir o mesmo combate que hoje nos irmana; contra o colonialismo, contra o imperialismo: contra o capitalismo» (Ovação)

Viva o 24 de Setembro!
Viva o Povo da Guiné e Cabo Verde!
Viva o PAIGC!
Viva a República da Guiné-Bissau!
Viva Amílcar Cabral!

Assim, fazendo a reportagem do sucedido em Bissau, a 24 de Setembro de 1974 dmos que: o combate exemplar do povo Guinéu continua, do mesmo modo que continuam a ser necessárias uma perseverança e uma vigilância que não poderão ser abrandadas.

Na Guiné a MES encontrou um combate vivo, que continua até à união dos povos da Guiné e Cabo Verde, que continua irmanando-se na vitória já quase alcançada pela FRELIMO em Moçambique, que continua no desmascaramento das manobras neo-colónias sucessivamente tentadas em Angola.

Assim, o MES, ao ter aceite o convite do PAIGC para a celebração do 24 de Setembro, mostrou também a sua disposição de a ele continuar firmemente unido no prosseguimento de uma luta que é a de todos os povos explorados do mundo.



Constitui-se em Aveiro um núcleo político do M.E.S. o qual dirigiu aos trabalhadores do distrito um Manifesto no qual se declara que «embora o M.E.S. constitua já hoje uma realidade das forças socialistas que constroem o horizonte político do Portugal de amanhã, não parece desajustado que se reafirmem aqui as posições que nos orientarão na luta política do nosso distrito. Mais à frente depois de proclamar que **A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores**, refere-se à situação no Norte do País: «particularmente no nosso distrito, os pequenos agricultores, ainda que donos das suas terras, têm de aplicar a sua força de trabalho, no amanho das mesmas. É assim que a situação destes não difere essencialmente da dos assalariados agrícolas, da dos operários fabris e da dos trabalhadores em geral. Uns e outros são obrigados a vender a sua força de trabalho por um valor que deixa uma margem de lucro ao capitalista quer do campo ou das fábricas só pretende o lucro.

Operários e camponeses! Trabalhadores em geral!

A nossa luta é uma só: o derrube do sistema capitalista que continua a explorar o fruto do nosso trabalho em proveito de uns tantos.

Camponeses!
Abaixo com os intermediários!

Vamos unirmo-nos e organizarmo-nos em associações livres.

Lutemos contra o capital destruindo a máquina por ele montada para nos oprimir.

Os trabalhadores não podem permitir:

— que se fechem fábricas de interesse incontestável para a sociedade só porque elas não dão lucro aos capitalistas;

— que se poluam os rios e a atmosfera em prejuízo dos campos, da saúde e da média de vida das pessoas, só porque as medidas a tomar contra a poluição vão contra o interesse de lucro dos capitalistas;

— que camaradas sejam condenados ao despedimento para permitir que os lucros se mantenham ou aumentem.

O M.E.S., plenamente identificado com a luta anticapitalista dos trabalhadores, apoia toda a forma de luta que tenha em vista esse fim, conscientes de que o socialismo ou é obra dos próprios trabalhadores ou não é socialismo.

Realizou o núcleo de Aveiro a 12 de Outubro a primeira sessão de esclarecimento no Liceu José Estevão, ex-Liceu Nacional de Aveiro, sob o tema: «Contra a escola capitalista, por uma sociedade socialista».

Estão marcadas sessões para: 20 de Outubro, pelas 21 e 30 em S. João do Louro; 26 de Outubro, pelas 21 e 30 em Angeja.



Em Beja o M.E.S. participou em 28 e 29 de Setembro ao lado do P.S.P., M.D.P. e P.C.P. em duas manifestações seguidas de comícios, a propósito da derrota do golpe da direita.

Realizou, durante este mês de Outubro, sessões de esclarecimento político em Serpa no dia 3, Alentejo no dia 4 e Ferreira do Alentejo no dia 11. Tem programadas sessões de esclarecimento para Castro Verde em 18 de Outubro e ainda em Mértola e Cuba em datas a anunciar.

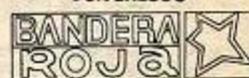
Entre todos os locais onde o M.E.S. esteve presente em manifestações e comícios populares, que mobilizaram milhares de trabalhadores destacamos: Beja, com o M.D.P., P.S.P. e P.C.P., acerca do avanço da reacção; Estremoz, num comício unitário, em que se abordaram temas como a vitória contra a reacção no dia 28 de Setembro e se protestou contra a forma de nomeação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal; Angra do Heroísmo (Açores) num comício unitário com a presença de 1500 pessoas, a que se seguiu uma manifestação de protesto junto ao jornal «A União» e ao Rádio Clube de Angra, dada a sua frequente instrumentalização pela reacção.

I ENCONTRO NACIONAL DE MILITANTES ESTUDANTIS DO M.E.S.

O M.E.S. desenvolve desde há muito uma intensa actividade junto da juventude estudantil. Hoje, mais do que nunca, essa juventude tem uma tarefa importante na sociedade portuguesa. É preciso solidificar e alargar uma actuação consequente contra as formas autoritárias e antidemocráticas que o fascismo consolidou e contra o conteúdo capitalista do próprio ensino. Os estudantes lutando contra o controle capitalista da escola lutarão na prática pela edificação do socialismo.

O M.E.S. está empenhado também hoje na organização do combate estudantil e por isso leva a efeito no decorrer do mês de Outubro o I Encontro Nacional dos seus Militantes Estudantis.

CONGRESSO



M.E.S. PRESENTE!

No decorrer do mês de Setembro, fez-se o Movimento de Esquerda Socialista representar no Congresso da Organização Comunista Bandera Roja, realizado em Espanha. O representante do M.E.S. expôs ao Congresso a situação política em Portugal, bem como as perspectivas do nosso movimento face à luta comum contra o fascismo, pelo derrube do capitalismo e adopção de uma via revolucionária para o socialismo.

SEDES DO M.E.S.

Braga, R. Abade de Loureira
Porto, R. 31 de Janeiro, 159-2.º
Guarda, R. Marquês de Pombal, 65

Lisboa, Av. D. Carlos I, 146-1.º, D.to, Telef. 677127 e 677128 e Rua Garrett, 80, 4.º-B, Telef. 323621

Portalegre, R. da Oliveira, 61
Beja, Praça da República, 34
Faro, R. Castilho, 9

Esquerda Socialista

Jornal semanal, propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Director Interino César Oliveira
Composto e impresso Renascença Gráfica, S. A. R. L.
Rua Luz Soriano 44 — Lisboa
Distribuidora «O Século»

Assinatura
6 meses 65\$00 12 meses 125\$00 apoio 250\$00

Estrangeiro (Europa) 250\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin/redacção provisória: Rua Garrett 80-4 Lisboa Tel. 323621